



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: SILVIA DA BANCADA FEMINISTA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06/05/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Boa tarde a todas, todos e todes.

Nós, da Bancada Feminista, do PSOL, na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaramos abertos os trabalhos da 7ª audiência pública do ano de 2021.

Informo que esta audiência está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios Online/Auditório Virtual.

Esta audiência pública vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade, diariamente, desde o dia 27/02/2021.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência pública foi requerida através do Requerimento nº 10/2021, de autoria da Vereadora Sílvia da Bancada Feminista, aprovado na reunião ordinária de 10/03/2021, pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, para tratar do plano de remoções de famílias moradoras de imóveis na região da cracolândia, durante a pandemia, sobretudo das quadras 37 e 38 dos Campos Elísios demarcadas como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS-3.

É importante falar que a região, chamada região da cracolândia, é uma ZEIS, prevista no Plano Diretor da cidade de São Paulo, que a população empobrecida, de baixa renda, residente e moradora do local, tem prioridade no Plano Habitacional e de se manter no território onde essa população vive.

Nós, da Bancada Feminista do PSOL, decidimos aprovar esse Requerimento de audiência pública, principalmente a partir de uma matéria jornalística, veiculada no Fantástico, no dia 7 de março, que mostrava várias famílias, várias pessoas, removidas da região que, inclusive, foram para lugares muito distantes no Município de São Paulo.

Existia um pedido de remoção das quadras 37 e 38, para o dia 10 de março, que, felizmente, foi adiada via Ministério Público e Defensoria. A partir dessa reportagem, a partir de

tomarmos conhecimento de toda complexidade dessas remoções e do que tudo isso poderia e poderá causar se ela vier a ser efetivada pela Prefeitura de São Paulo, nós resolvemos fazer esse Requerimento de convocação de audiência pública.

É obrigação desta Casa Legislativa, é obrigação dos Vereadores do Município de São Paulo promover audiências públicas de interesse público. É obrigação nossa também de ouvir, é um processo de escuta da população que mais precisa, que está diretamente envolvida nesse tema das remoções.

Para dar voz àqueles e àquelas que nunca têm voz nos espaços institucionais, é que nós vamos iniciar a nossa audiência pública ouvindo, escutando, exatamente os moradores e moradoras desse território.

Nós convidamos várias entidades, o Poder Público, todos eles terão voz aqui, mas vamos dar início ouvindo exatamente aqueles que nunca têm espaço dentro de uma casa institucional, dos espaços institucionais, que são os moradores da chamada região da cracolândia.

Eu gostaria de ver os Vereadores da Comissão que estão presentes, os Vereadores que não são da Comissão, mas estão presentes, todos terão a palavra. Porém, iniciaremos exatamente ouvindo os moradores das quadras 37 e 38, também os da quadra 36 que já saíram do local.

Tem a palavra a Sra. Ângela Fagundes dos Santos, moradora das quadras. Trata-se de um vídeo, ela está trabalhando no dia de hoje.

- Apresentação de vídeo.

A SRA. ANGELA FAGUNDES DOS SANTOS – Eu morava e trabalhava na Alameda (ininteligível) há mais de 20 anos. No ano passado a Prefeitura foi demolir dois terrenos e eu não vi. O estacionamento estava cheio de carros. A Prefeitura não me notificou de nada, fui ligando para os donos dos carros para irem retirar os carros. Eu tive de devolver

parte do dinheiro dos clientes para eles poderem arrumarem outra vaga.

Um telhado desabou, destruindo as minhas coisas pessoais. O que eu não pude levar, tive de jogar fora porque não tinha onde por.

Ganhei Bolsa Aluguel de 400 reais, falei que não dava para pagar o aluguel. Eles falaram: Não posso fazer nada.

No dia seguinte a assistente foi lá para eu assinar o Bolsa Aluguel. Eu falei para ela e se eu não assinasse? Ela disse: a senhora vai ter de assinar, porque se a senhora não sair, vai ter de sair por força policial.

Para minha irmã arrumar uma casa para mim no Grajaú, montei um barzinho aqui e estou tentando ganhar meu ganha pão. Mas não está dando, porque o aluguel aqui é muito caro.

O prometido não está sendo cumprido, tinha de estar sendo depositado março e abril, só depositaram o mês de abril.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada à Angela por ter mandado o vídeo. Agora vamos ouvir a Maria das Graças Bernardino, também moradora das quadras.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS BERNARDINO – Oi. Bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Bom dia.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS BERNARDINO – Meu nome é Dona Graça.

(Pausa) Com quem eu estou falando?

A SRA. GIULIA GRILLO – Você está falando com todo mundo: o Suplicy, a Berenice, várias pessoas. Pode falar...

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS BERNARDINO – Bom dia.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Bom dia, Graça. Pode falar.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS BERNARDINO – Olha, filha, eu queria saber do

meu fundo de garantia, aliás, do meu fundo de comércio, porque eu estou mudando daqui e estou até sem condição. Eu estou passando necessidade, porque o dinheirinho que eu tinha, eu aluguei um galpão aí para levar as minhas coisas e eu estou sem saber o que vai acontecer, se eu vou ganhar alguma coisa ou não. Porque está feia a coisa aqui para mim, viu?

Estou há 18 anos aqui e eu falei com o dono do prédio e ele falou que eu tenho direito ao fundo de comércio, a firma aqui está no meu nome, não no nome dele.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Mais alguma coisa, Graça, que você queira falar?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS BERNARDINO – Eu queria saber disso, do meu fundo de comércio, se eu vou ter direito ou não, porque eu estou precisando muito.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Está bem. É bom falar também para todas as pessoas que estão participando, que estão ouvindo, que essas moradoras dessas quadras, teriam muita dificuldade de acessar esta audiência por falta de equipamento eletroeletrônico, por falta de acesso à internet.

Então as pessoas que atuam no território ajudaram as entidades para que essas pessoas pudessem hoje ter voz na nossa audiência pública.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS BERNARDINO – Graças a Deus e à Defensoria Pública, viu, porque foi através dela que a gente ganhou mais tempinho aqui para mudar. Eu, já fazem uns 15 dias que estou mudando e não consegui levar as minhas coisas ainda, de tanta coisa que eu tenho, bugiganga. Eles deram só 10 dias para a gente mudar, eu não ia ter condições de mudar em 10 dias.

Graças à Defensoria Pública, ela está ajudando muito a gente.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Graças. Se me permite, Presidente Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Claro.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Graças, conte um pouco a sua história. Onde você nasceu? Como você foi morar aí? O que você faz? O que você fazia aí, por

favor.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS BERNARDINO – Olha, antes de eu vir para cá, eu trabalhava cuidando aqui do imóvel. Eu o ajudava lá, aí foi na época que estava fechando tudo e eu fiz uma proposta para ele para ver se ele deixava eu tomar conta aqui desse prédio, que estava fechado há quatro anos. Aí ele falou para mim: mas você vai ter condição, lá está tudo fechado. Falei: ah, eu tenho. Tenho condição sim. Aí eu tinha um dinheirinho guardado, coisa de uns oito mil guardado, né, que eu fui juntando. Aí eu peguei esse dinheiro, mandei buscar um pessoal lá no Norte, porque a mão de obra aqui é muita cara. Mandeí pegar lá o meu irmão, mais uma pessoa que entendia de obra e reformei todinho aqui com o dinheirinho que eu tinha.

Aí comecei a trabalhar. Reformei a parte de cima, fui alugando, mas demora muito para alugar. Aí eu tive que fazer empréstimo duas vezes e ficou tudo direitinho, trabalhava e alugava só para família, tudo com documento direitinho. Mas depois de uns 15 anos para cá, os nória começaram a vir para cá e desmoronou tudo. Aí as famílias foram embora e aí eu fiquei sem opção, né, para alugar para essas pessoas. Aí as polícias começaram a entrar aqui, ninguém queria mais morar aqui e eu fiquei numa situação muito difícil.

- Falha na transmissão.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Queria anunciar a presença do nobre Vereador Eduardo Suply, que está aqui participando conosco desta audiência pública. Ele que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos acompanhará a audiência e depois terá oportunidade também de fala. Está bom? Muito obrigada pela participação, Vereador.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS BERNARDINO – O Suply é uma pessoa muito boa. Ele é uma pessoa humilde, ele é um anjo aqui para a gente. Inclusive eu cansei de vê-lo tomando café com as pessoas que moram aqui. Ele é uma pessoa muito boa.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Obrigado, Graça. Vamos procurar refletir bastante sobre o problema com a Comissão, com a Presidente Silvia.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Queria anunciar também a presença da Vereadora Juliana Cardoso. Os Vereadores que estou vendo na tela depois terão oportunidade de fala, assim que os moradores e as pessoas que os acompanham falarem, está bem?

Obrigada, viu, Graça. Muito obrigada.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS BERNARDINO – De nada, filha. Obrigada a você, linda.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Vamos ouvir agora a Giulia Grillo, que acompanhou a remoção das quadras e que está com a Graça, inclusive, na casa da Maria das Graças.

A SRA. GIULIA GRILLO – Bom dia a todos. Gostaria de falar também em nome do Inaldo, que não pôde comparecer. Eu não consegui encontrá-lo. Ele também tinha uma fala, por isso vou falar rapidamente o caso dele.

O Inaldo morava aqui há mais de 10 anos. Em 2017 participou das reuniões, fez inscrição e aí a Prefeitura veio na pensão onde ele morava, na Helvétia, e perguntaram pelo Inaldo. Ninguém conhecia o Inaldo, conhecem o Quati e simplesmente tiraram o nome dele da inscrição. E eu tentei, depois quando eles já tinham fechado – eles dizem selado –, selado o nome das pessoas que teriam direito ao aluguel, eu fui lá, expliquei o caso. Ele tinha tudo documentado, comprovava que ele estava aqui e ele não conseguiu esse auxílio.

Eu falo isso por quê? O que eu tenho observado, na verdade eu frequento a cracolândia há quatro anos, só que não tinha me envolvido com os moradores. E no começo de novembro, o marido da Angela, o seu Matias, veio me procurar; ele estava desesperado, porque tinham bloqueado a entrada do bar dele – isso que a Angela relatou –, estavam pedindo para eles saírem e não tinha absolutamente ninguém para ajudá-los.

Eu tenho que dizer da importância do Renatinho, da Talita, do pessoal do Mundaréu da Luz, só que nesse momento, por causa da pandemia – eu até entendo –, eles não estavam aqui no território. Eles estavam acompanhando pelo WhatsApp o grupo, então os

moradores estavam se sentindo meio que abandonados e eu não pude ajudar a Angela e o seu Matias porque eu não sabia, não entendia muito bem esse meio.

Aí falei com o Renato e ele me pediu – achei incrível – para ir de imóvel em imóvel com o Rafael, Defensor Público, que vai falar hoje também, pegar uma autorização, um documento do responsável de cada imóvel para a Defensoria entrar com uma ação. Depois o Rafael vai explicar melhor sobre isso. E graças a essa ação da Defensoria, eles conseguiram esticar um pouco o prazo da remoção. Nesse tempo em que fui de imóvel em imóvel, eu comecei a conhecer pessoas que, mesmo depois de três anos que frequentava aqui, eu não fazia ideia de que moravam aqui.

Na minha opinião, acho que a Prefeitura da Cohab deveria ter tido mais afinco, porque aqui não é à toa que se chama fluxo. Aqui é um fluxo, as pessoas vão e vêm. Uma pessoa da Prefeitura me disse o seguinte: olha, às vezes num quarto tem beliche a pessoa que mora em cima não conhece a pessoa que mora embaixo. As pessoas vêm morar aqui porque é mais barato, enfim, na minha opinião tinha que ter tido uma presença mesmo, porque o que eu observei é que eles vêm em grupo, vem assistente social...

- Interferência sonora.

A SRA. GIULIA GRILLO – Posso continuar?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Pode, Giulia. Para concluir.

A SRA. GIULIA GRILLO – Vou ser bem rápida. O que eu observei é quando eles vêm falar com o pessoal, vem grupos grandes, vem o pessoal da Assistência, vem vários grupos e eles não sabem realmente quem são as pessoas, quais são as histórias e o que tem por trás. E agora, acho que em 15 de março, quando havia uma decisão judicial que ninguém poderia ser despejado até que tivesse uma segunda ordem, mesmo assim o que aconteceu? Veio GCM, Iope, Prefeitura, Cohab, o advogado da proprietária e vieram numa pensão na Dino Bueno. Eles me ligaram desesperados, porque não queriam deixar eles retirarem nem as coisas. Aí eu vim correndo para cá, consegui negociar com o inspetor da GCM, que disse:

então, tá, meia hora. Por quê? Porque a locadora tinha investido portas, janelas; ela tinha investido em muitas coisas aqui. Então foi uma pressão para eles tirarem rápido.

Eu fui falar com o advogado do proprietário e falei: olha, senhor, existe uma decisão judicial que proíbe e ele disse que isso era direto com o proprietário, não tem nada a ver. Aí eu procurei a Fernanda Balera, enfim, eu gravei tudo e mandei para ela. Ela ficou muito brava e falou: de fato, eles não podiam ter feito isso.

Por isso quero aqui reiterar, dizer da importância do papel – para mim –, lógico que que tem várias pessoas com importância, o Suplicy, que todas as vezes em que a gente liga, está sempre pronto para denunciar, para nos ajudar; o Renatinho; a Talita; e neste momento é fundamental a Defensoria Pública, na pessoa do Rafael e da Fernanda, que já vieram várias vezes aqui. Qualquer denúncia, a gente manda para eles e eles levam avante.

Então, é só o que eu peço – se tiver alguém aí da Prefeitura – é ter um olhar mais carinhoso. Eu pedi para o Alexis Vargas, eu falei com ele, que é da Prefeitura. Falei: “Alexis, vai lá. Vai lá e conversa com as pessoas que eu te acompanho. Vai ver as histórias.” Porque para eles são todos aproveitadores, são nóias e não são. Tenham mais cuidado, vejam também essa questão do fundo de comércio, que o Alexis me disse que a Prefeitura paga direto para o proprietário, só que quem vai perder renda são as pessoas que locam.

Última coisa, para encerrar, eu ouvi uma vez, quando veio essa turma grande, que a Cohab disse que pagaria a mudança. Falem quando vocês querem, que a gente muda. A Graça está mudando com o dinheiro dela. Ela teve que comprar uma carroça e, todos os dias, tem que pagar um menino para levar e está levando as coisas. Mas a Graça é uma. E tem a Marcia Leila, que é chamado de João, da Helvétia. Eu falei com a Secretaria de Habitação, com o Damasceno, que é uma pessoa muito legal da Prefeitura. E falei: “olha, João vai sair tal dia. Vocês podem dar uma mudança ou um carreto?” Não. O João teve de pagar do dinheiro dele. E agora, última coisa, no caso do João. Ele queria sair porque já encontrou um lugar, precisava sair, e não liberavam o cartão. E também tenho que dizer a verdade, eu consegui um contato lá na Secretaria de Habitação, agora estão me dando atenção e estou conseguindo

resolver algumas coisas, mas no caso do João, ele estava com o cartão auxílio-aluguel desde janeiro pronto e ninguém o avisou, então quando ele foi, há três semanas lá, estava bloqueado. Então, agora é todo um processo para desbloquear, faltou muito cuidado, muita falta de diálogo da Prefeitura, da Cohab para honrar a palavra, para vir aqui para avisar o pessoal.

Enfim, agradeço e estamos juntos, como dizem.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada pelo seu depoimento, Giulia, é muito importante esse trabalho que você faz aí no território. Os representantes do poder público estão aqui presentes, o Alexis Vargas está aqui, a Secretária Berenice está aqui, estou vendo, me parece que o Secretário Orlando, eu não tenho certeza, mas estou vendo pela tela. Eles vão ter um momento de fala do poder público logo, então nós vamos saber do poder público que providências estão sendo tomadas, então, fique aí na audiência pública acompanhando que a ideia é nós sairmos daqui com soluções para essa realidade.

A SRA. GIULIA GRILLO – Fico muito feliz e agradeço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Em breve nós vamos chamar os Vereadores que estão aqui, já estão presentes os Vereadores Paulo Frange, que é Presidente da Comissão de Política Urbana, o Vereador Suplicy, a Vereadora Juliana e o Flávio que é assessor da Vereadora Erika Hilton.

Antes vamos ouvir o Renato, chamado de Renatinho, mas é o Renato Abramovich Santos, do observatório de remoções e conselheiro gestor das quadras 37e 38. Tem a palavra o Sr. Renato.

O SR. RENATO ABRAMOWICZ SANTOS – Bom dia a todos e todas. Obrigado, Silvia, por este momento. Meu papel aqui conversando com as pessoas do que falar nesse momento, são muitas coisas para serem ditas, acho que a Giulia, fala da Graça, a fala da Ângela, moradoras trazem muitos elementos aqui que poderíamos ficar falando das remoções que aconteceram agora durante a pandemia. A questão dos pequenos comerciantes que nunca foram vislumbradas das formas de solução. A forma como alguns tiveram de sair, a

Ângela do centro de São Paulo está morando agora no Grajaú, na zona sul, então são muitas coisas. Mas acho, conversando com os companheiros e as companheiras, minha fala aqui vai ser focando no Conselho Gestor, que existem para aquelas quadras. Eu trabalho no Observatório de Remoções e o Observatório de Remoções compõe uma das vagas do Conselho Gestor.

Muito brevemente eu vou explicar, para quem não sabe, o que é um Conselho Gestor. Essas duas quadras que estamos discutindo hoje, onde há um projeto de intervenção previsto por parte da Prefeitura e do Governo do Estado, tanto que em 2017 ficou muito famoso porque o Doria que era então Prefeito foi com o trator ali, começaram uma grande intervenção, inclusive os tratores derrubaram imóveis com gente dentro. Rapidamente começou toda uma articulação dos moradores da área, dos comerciantes, das entidades que atuam historicamente naquela região, os movimentos de moradia, os advogados populares do Centro Gaspar Garcia, assim como a Defensoria e o Ministério Público falaram que as quadras que a Prefeitura estava atuando eram ZEISs, Zona Especial de Interesse Social. Então, para qualquer intervenção que venha a ser feita nessa região, esse projeto que a Prefeitura está querendo fazer, precisa eleger e constituir um Conselho Gestor paritário entre o poder público e a sociedade civil. E essas decisões vão ter que ser decididas e aprovadas aí.

Então, esse conselho foi eleito, eleito pelos moradores que viviam nas quadras e era ali que tudo deveria, em tese, ser discutido e aprovado. O Observatório de Remoções foi eleito e eu ocupei uma vaga neste lugar. Então, é um pouco isso é a história do Conselho gestor.

Mas só para falar desse momento recente e por que é importante essa audiência que está acontecendo hoje, porque vai dar um ano da última reunião do Conselho Gestor, que foi virtual, foi em junho de 2020, antes de começarem as remoções, foi o último momento que aconteceu uma reunião do Conselho Gestor. E nós pedimos diversas vezes, via Ministério Público, via Defensoria, pelos *e-mails* institucionais, uma reunião do Conselho Gestor para que a Prefeitura pudesse dar satisfações, esclarecimentos, responder dúvidas e questões que nós

fazemos sobre as diretrizes que vão ser aplicadas, o projeto que vai ser construído ali.

Temos muita dúvida das formas de garantia que essa população vai conseguir ser atendida nos empreendimentos que a Prefeitura quer fazer e sabemos do perfil socioeconômico da população que ali vive. E as diretrizes e os projetos da Prefeitura são sempre muito vagos. Nós protocolamos há mais de dois anos uma série de perguntas com dúvidas sobre esse projeto de PPP que vai ser instalado na área. Protocolamos diversas vezes um projeto alternativo para não haver remoção, nem demolição, eu sei que vão ter companheiros e companheiras que podem falar desse projeto.

Então, temos uma série de demandas e pedidos para serem feitos à Prefeitura e não somos atendidos. Faz um ano que tivemos a última reunião do Conselho Gestor, em junho, se não me engano junho ou julho, e foi, logo depois dessa reunião, que por acaso nós tivemos acesso a um documento da Cohab e da Secretaria Municipal de gestão pedindo urgência para o judiciário nas desapropriações dos imóveis restantes para que, mesmo durante a pandemia acontecendo a população saísse de lá, para terminar as desapropriações e fazer as remoções, mesmo na pandemia.

Então, nós pedimos conversas e nunca fomos respondidos. Por isso que eu acho que essa audiência hoje é importante. Mesmo com decisões favoráveis, tanto da Defensoria, quanto do Ministério Público, que obtiveram decisões favoráveis proibindo durante a pandemia qualquer remoção e demolição, tudo bem que depois dessas decisões caíram. A decisão da Defensoria foi uma decisão favorável em dezembro. No começo de 2021, ela caiu. Mas, mesmo com essas decisões favoráveis proibindo remoção e demolição, a Prefeitura foi fazendo, tirando pessoas, dando auxílio-aluguel para quem estava cadastrado. Pessoas que não estavam cadastradas não iriam receber nenhum atendimento em pandemia.

Então, nós não sabemos – e assim vou concluindo minha fala – quantas pessoas estão recebendo auxílio-aluguel, quantas ainda precisam receber, o que vai acontecer com quem não foi cadastrado. A Prefeitura disse sempre que auxílio-aluguel vai ser o atendimento provisório; mas não sabemos quando e como vai ser o atendimento definitivo, porque sabemos

que quando é dado o auxílio-aluguel e as pessoas são tiradas das suas casas no Centro, elas se dispersam pela Cidade, que é o caso da Ângela, que sai de Campos Elíseos e está no Grajaú. Então, só dar o auxílio-moradia não é suficiente; auxílio-moradia não é política pública habitacional. A Prefeitura precisa dizer qual é a política habitacional popular para atender àquelas pessoas, como ela sempre promete.

Se porventura eu puder ainda prestar algum esclarecimento, tirar alguma dúvida, explicar melhor alguma coisa, estarei por aqui. Agradeço novamente a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Renato. Acho que você fez perguntas muito pertinentes, que espero sejam respondidas pelos representantes do Poder Público que irão falar.

Esse primeiro bloco, em que estamos chamando as pessoas, é exatamente o bloco das pessoas mais envolvidas, tanto os moradores como as pessoas que estão diretamente envolvidas no território e nas quadras 37 e 38.

Vamos ouvir agora o Sr. Benedito Barbosa, advogado da Gaspar Garcia e conselheiro das quadras 37 e 38.

O SR. BENEDITO BARBOSA – Bom dia a todos e a todas. Obrigado, Vereadora, Presidente desta Comissão. Eu e o Renato temos conversado bastante com a Júlia. Ultimamente, não tenho podido estar nas quadras por causa dos meus problemas de saúde. Graças a Deus, hoje vou tomar a primeira dose da vacina. Vacina já para todo mundo, para depois nós termos condições – não é, Suplicy? – de visitar as pessoas. Ainda não tenho condições por causa da saúde, da idade e tudo o mais; então, temos que tomar esse cuidado.

Quero trazer alguns assuntos, complementando o que foi dito pelo Renato. A primeira, sobre a situação dos moradores das quadras.

Primeiramente, a importante situação de violência que as famílias vêm sofrendo nas quadras 36 – porque temos que lembrar que tudo começou na implantação ainda. Não sabemos como é que está a situação, por exemplo, do Hospital Pérola Byington, Vereadores e Vereadoras. Porque a PPP desse hospital começou de forma ilegal, sem aprovação do projeto.

Isso foi paralisado pelo Ministério Público porque a Prefeitura chegou demolindo as casas das pessoas em 2017 para implantar a obra do Hospital na quadra 36, e sem também considerar a implementação do Conselho Gestor das ZEISs, o que é uma ilegalidade quando se começa uma obra e um projeto em uma área que é ZEIS – inclusive, ali, para Habitação de Interesse Social, depois para implantação do Hospital Perola Byington. Até hoje não sabemos a quantas anda tanto a implementação do Hospital pela PPP como a situação das famílias da quadra 36.

O Conselho Gestor teve que ser feito por pressão da sociedade civil organizada, por pressão da Defensoria Pública e do Ministério Público, porque, senão, não teríamos até hoje sequer o Conselho Gestor da primeira quadra, que é a 36, de onde mais de 200 famílias foram também removidas.

Outra situação é a que envolve as famílias das quadras 37 e 38. Muitas famílias não conseguiram ser cadastradas pela Prefeitura. Há uma discussão, inclusive, sobre esse cadastro, porque a Prefeitura diz que só vai atender os cadastros, e nós dizemos que não. Precisamos fazer uma avaliação de toda aquela situação porque muitas famílias sequer conseguiram ser cadastradas. Como a própria Giulia falou, quando se entra nas quadras é que se vai sabendo o que acontece e tudo o mais. Mas, infelizmente, o Conselho Gestor não foi ouvido.

A segunda questão é o caráter antidemocrático do Conselho Gestor. Muitas vezes, a Prefeitura diz: “Nós já atendemos porque ouvimos o Conselho Gestor”, mas a sociedade civil tem minoria no Conselho Gestor, sendo que a Prefeitura tem maioria na representação. Dessa forma, é fácil aprovar: falamos uma coisa, a Prefeitura fala outra e depois impõe sua posição no Conselho. Isso quando havia reunião, porque estamos – como já disse o Renato, e sou do Conselho Gestor – há mais de ano sem reunião do Conselho. Inclusive outro dia uma senhora da Prefeitura mandou um *e-mail* para mim para saber se eu fazia parte do Conselho Gestor. Eu disse a ela que ela é que tinha que olhar o *Diário Oficial*, que é da Prefeitura, e me dizer; porque eu sou do Conselho Gestor, fui eleito. Ela me fez essa consulta há uns seis meses, e nunca mais entrou em contato. Acho que eles estavam fazendo algum recadastramento, mas

nunca mais voltaram a entrar em contato para agendar a reunião.

A terceira questão é que a sociedade civil apresentou uma proposta para as quadras, de Habitação de Interesse Social, através da proposta Campos Elíseos Vivo, junto com o Fórum Mundaréu da Luz e Observatório de Remoções e outras entidades. Porém, a Prefeitura simplesmente deu as costas para esse projeto e tenta impor um projeto de Parceria Público-Privada que não atende as famílias de baixa renda naquela região, porque as famílias precisam ter crédito para poder entrar.

A Prefeitura disse que vai fazer um subsídio, mas não deixa claro de onde virá esse recurso. Temos acompanhado essas discussões no Casa da Família, no Fundurb, no Conselho Municipal de Habitação e também no âmbito do CNH e vimos que essa discussão nem passou por todas essas instâncias. Então, não sei como a Prefeitura irá encaminhar e aprovar essa proposta sendo que ela sequer passou por instâncias de discussão da sociedade civil nesses espaços por onde deveria passar e onde são discutidos os recursos.

Então, é uma verdadeira tragédia, é uma agenda de violência contra as populações que estão naquela região. Sem contar esse ofício – que depois vamos trazer – desse senhor da Cohab, cujo nome não me recordo, que tratou a situação com extrema violência, pedindo a remoção das famílias em plena pandemia.

Eu estava procurando no meu *e-mail*, mas depois encaminhamos, não é Renato, para a comissão esse ofício, que é um verdadeiro roteiro de violência contra as famílias daquela região. Ficamos aqui indignados aguardando as reuniões do Conselho Gestor, aguardando os esclarecimentos que já foram pedidos. O Renato, outros Conselheiros e eu, como Conselheiro, já mandamos dezenas de ofícios tanto à Prefeitura, quanto ao Ministério Público, quanto à Defensoria Pública, porque ela nos ajuda nessa questão, por isso precisamos informá-la, e o Dr. Marcus Vinicius, da Promotoria de Habitação e Urbanismo, para que consigamos respostas em relação a esse projeto e à situação das famílias daquela região.

As famílias já falaram, a Giulia contou que é da Pastoral que acompanha a situação, o dia a dia, do território, e eu espero que, assim que tomar a vacina, eu possa voltar a

visitar, acompanhar diretamente no território a situação das famílias, mas nesse período temos acompanhado, encaminhado os ofícios, dialogado diretamente com o Renato, como Conselheiro, para que possamos obter respostas concretas e não essa situação que estamos assistindo naquela região de violência, desrespeito à participação popular e falta de informação constante, além de desrespeito às decisões judiciais, que também são constantes na região.

Era isso que eu queria aqui preliminarmente dizer e estou à disposição também para outros esclarecimentos. Com relação ao documento, depois encaminhamos para a comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Benedito.

Que bom que você vai tomar sua vacina hoje e, aliás, muita gente começando a tomar vacina hoje, que começou uma nova faixa etária.

Quero dizer que o Vereador Paulo Frange, que é Presidente da Comissão de Política Urbana, está acompanhando a audiência e se ele quiser se manifestar nos avisa. Está presente o Sr. Alexis Vargas, representando a Secretaria de Governo, que daqui a pouquinho vai poder falar e responder. Também está presente a Secretária Berenice Maria Giannella, da Assistência Social. Presentes também os Vereadores Suplicy e Juliana Cardoso e representando a Vereadora Erika Hilton, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, está o seu assessor Flávio e representando o Vereador Dr. Sidney Cruz, sua assessora Taísa.

Em breve, o Poder Público, os Vereadores terão a palavra. Vamos continuar com o primeiro bloco, ouvindo o Felipe Moreira, Conselheiro da Quadra 36.

O SR. FELIPE MOREIRA – Oi, gente. Bom dia. A gente colocou um vídeo, com a Lizete também, que é Conselheira da Quadra 36. Será que a gente consegue passar o vídeo primeiro?

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Sim, está planejado para o passar o vídeo da Lizete.

O SR. FELIPE MOREIRA – Pode passar o vídeo e depois eu complemento, está

bom?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – OK.

- Exibição de vídeo:

A SRA. LIZETE MARIA RUBANO – Olá, sou Lizete Rubano, do Conselho Gestor da Quadra 36, arquiteta e urbanista da FAU-Mackenzie, e do Escritório Modelo Mosaico.

A gente achou importante registrar a nossa experiência e o histórico do Conselho Gestor da Quadra 36 em apoio, nesta audiência pública, às Quadras 37 e 38.

A primeira coisa a dizer é que o nosso Conselho foi montado em 14 de abril de 2018 e dois dias depois a população já estava sendo removida, ou seja, sem que os Conselheiros tivessem sido empossados e com problemas seríssimos de cadastramento, obviamente. Aí tivemos que contribuir nesse trabalho, ficamos muito atentos para que ninguém ficasse de fora, mas, mesmo assim, comerciantes e as pessoas que tinham vínculo mais difícil de se comprovar ficaram fora desse atendimento e até hoje não têm alternativa de moradia.

Uma outra coisa que aconteceu é que o auxílio aluguel fornecido às famílias, assim que elas saíram, foi absolutamente impossível delas conseguirem alugar nem que fosse um quarto na mesma região, porque o valor é muito aquém dos valores operados pelo mercado nessa área, além de ser muito precária a condição de moradia, mas, mesmo assim, os valores são muito maiores do que do auxílio aluguel.

As famílias removidas foram para a casa de parentes ou para a favela e elas pioraram muito suas condições de moradia e várias tiveram que sair inclusive da área central, porque a única oferta de moradia definitiva foi a Carta de Crédito, 150 mil reais, também um valor difícil de se viabilizar com esse valor moradias na área central. Então muitos foram para áreas distantes, inclusive a 600 km do centro da Cidade, e seus filhos tiveram problemas seríssimos de relocação em creches ou escolas, porque o vínculo entre a moradia e a creche e a escola é importante.

Bom, outra coisa que aconteceu é que, apesar de ter essa carta convite de 150 mil, as famílias ficaram sozinhas, sem nenhum apoio do Estado, quer dizer elas e o mercado

imobiliário, então já se passaram três anos e as famílias ainda não conseguiram encontrar sua possibilidade definitiva de moradia.

Em 2020, aconteceu que em vários meses as famílias não receberam o auxílio aluguel. Foi outro problema, porque nem essa contribuição elas tiveram em meses seguidos para enfrentar o desafio de morar depois desse processo de remoção.

Por isso nós defendemos aqui que todas as famílias da 37 e 38 permaneçam, que não haja remoção. É um absurdo pensar em remoção neste momento de pandemia, neste desgoverno absoluto em que as condições da pandemia e que as condições de saúde pública estão muito emergentes e toda a população fragilizada.

Então que ninguém seja retirado, a Campanha Despejo Zero tem lutado muito por isso e muitas famílias não estão cadastradas, então, para onde essas famílias vão? Um absurdo imenso e vale lembrar que o Fórum Aberto Mundaréu da Luz tem uma proposta que é muito abrangente para essas áreas e essa proposta deveria ser levada em consideração. Ela foi também apresentada aqui nesta audiência pública. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada à Lizete por ter mandado vídeo. Felipe, você quer falar agora? (Pausa) Temos ainda o vídeo da Cassia Aparecida, da Quadra 36. Felipe?

O SR. FELIPE MOREIRA – Pode passar o vídeo da Cassia e o áudio da Jessica, por favor, e aí eu faço uma fala final. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Ok. De nada. Vamos passar o vídeo da Cassia Aparecida, que era moradora da Quadra 36.

- Exibição de vídeo:

A SRA. CASSIA APARECIDA DA SILVA – Olá, meu nome é Cassia Aparecida da Silva, fui moradora da Quadra 36, atualmente sou Conselheira da quadra. Eu vim hoje com esse vídeo gravado para expor um pouco a minha situação da maneira que está, hoje, desde a remoção, que aconteceu em abril de 2018. E desde então minha vida foi virada de ponta cabeça.

Estou morando atualmente no bairro, eu, meu marido e meus quatro filhos, compondo minha família em seis pessoas. Quando saímos de lá, junto com a Prefeitura que nos proporcionou o auxílio-aluguel de 400 reais, e pela dificuldade com as crianças, pois não conseguimos, hoje em dia, alugar um quarto de pensão com quatro crianças, é só casal sem filhos, é para moças e rapazes, ou vai para uma favela, uma comunidade ou outra ocupação que aceite suas crianças. Por isso ficou muito difícil.

Eu levo 45 minutos para chegar, hoje, no Centro, mais uma hora e dez para voltar para casa; meu marido trabalha no Centro, eu também, meus filhos estudam no Centro, e tudo ficou complicado. Moro no Centro há mais de 30 anos e, de repente, me vi numa situação que tive de mudar a vida toda, não só a minha, mas a dos meus filhos também. Para eles foi um processo bastante difícil também.

Atualmente estou tentando achar um imóvel para eu comprar, pois temos uma carta de crédito de 150 mil reais. A CDHU proporcionou isso, foi até uma coisa legal e viável...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Acabou o vídeo da Cassia? (Pausa) Ah, ok, quero agradecer à Cassia por ter mandado esse vídeo para nós. Agora peço para reproduzir o áudio da Geci Jesus de Souza, que também foi moradora da Quadra 36.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. GECI JESUS DE SOUZA – ...Eu só queria que eles resolvessem nossa parte, não é, Felipe? Aqui, na Quadra 36, porque se era comércio era comércio, o que era moradia era moradia. Até agora não teve solução nenhuma, o que está lá ainda está por terminar de fazer. Eu acho que o certo mesmo é eles darem nosso comércio embaixo do hospital, porque a lei diz que era nosso, pertence a nós, não tinha o direito de tirar nós dali para fazer o hospital, mas logo que fez o hospital, fizesse o nosso comércio embaixo, para que pudéssemos trabalhar. Que é dali que nós ganhamos nosso pão, é dali que nós pagávamos nossas contas, dali que sobrevivíamos.

Até agora não houve retorno nenhum, e eu andei fiquei lá, conversando com a assistente social, fui pedindo a ela, pelo menos um lugar para trabalhar, de frente à estação, com algo tipo uma banca, num trilho, daí eu já ficava contente se tivesse um trilhozinho, mesmo que se cobrasse uma taxa todo mês, eu pagaria, pois dali daria para sobreviver e pagar minhas continhas. Mas até agora não tem resposta. Um tal “vou ver, ver isso, ver aquilo” e eu cansei. Apesar disso, estou aguardando e pedindo a Deus que resolva logo.

Acho que era bom todo mundo se juntar e pedir que nos dessem a linha de baixo do hospital, pois tem muito terreno ali. Foram 16 anos ali. Lutando ali para sobreviver. Sobrevivemos dali. Depois que derrubaram tudo lá, ficamos sem trabalho, estamos de mãos atadas, fomos até o fundo do poço, porque todos os lugares que íamos as portas se fecharam, todo canto que a gente ia, portas fechadas, então dá um desânimo tão grande. Aí vem essa pandemia desse jeito, já vai para quase dois anos. E até agora sem resolver nosso lado, está difícil.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Acabou o áudio. Quero agradecer também à Geci Jesus de Souza por ter mandado o áudio para nós. E agora, Felipe, que é Conselheiro da Quadra 36. Por favor, tem a palavra.

O SR. FELIPE MOREIRA – Sim, obrigado. Queria primeiro agradecer novamente a oportunidade dessa audiência para que possamos relatar um pouco mais novamente esse processo.

Como nós conseguimos perceber ele foi marcado por irregularidades, sejam essas de remover as famílias para uma área de ZEIS, sem que se houvesse formado um Conselho Gestor, sem o cadastramento aprovado, gerando uma série de problemas que conseguimos ver nas falas tanto da Lizete, da Cassia e da Geci.

Dentro desses problemas, está ainda a falta de você conseguir soluções adequadas para a realidade das famílias que viviam e trabalhavam naquele lugar. E isso é muito estrutural para a violência que gerou a todas essas famílias.

Pudemos ver, no caso da Cassia, ela saiu do Centro da cidade e, com o

deslocamento que ela tem de 45 minutos para ir e mais uma hora e meia para voltar, então, se a gente pensar que isso já era muito complicado num momento de 2018, quando isso tudo aconteceu, neste momento de pandemia, é ainda mais agravante, porque é colocar essa população ainda mais em risco para contágio do coronavírus. Em que sentido? Primeiro que elas vão ter que passar agora também a usar o transporte público, coisa que quem mora no centro não fazia; a Cássia mesmo ainda de bicicleta para fazer esses deslocamentos e muitos dos moradores, nesse levantamento que nós fizemos a partir do Mundaréu da Luz, faziam o deslocamento a pé, pois já moram no centro pela facilidade de acesso que têm aos equipamentos e tudo o mais.

No caso da Geci, além de tudo, ela perdeu renda e não teve nenhuma alternativa proposta para comerciantes. Então, as pessoas perderam suas casas, perderam o comércio e perderam renda, como é o caso da Geci. E como vão conseguir sobreviver neste momento? Se nós pensarmos agora, com o agravante da pandemia, isso é ainda mais complicado, porque já se está vivendo uma crise econômica, pois já há uma grande crise de desemprego. Se o que aconteceu na Quadra 36 já foi profundamente devastador, e essas famílias estão há três anos esperando por um atendimento, despejos neste momento da pandemia são ainda mais agravantes e mais violentos do que o processo que já foi muito devastador da Quadra 36.

Era isso que nós gostaríamos de relatar e cobrar também o atendimento, que ainda não foi realizado, às famílias da 36, aos comerciantes, às pessoas que ficaram aqui fora, como é o caso da Cássia. Que seja resolvido o quanto antes, porque essas famílias não aguentam mais esperar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigado, Felipe Moreira, pelo seu depoimento e pelos vídeos que nos enviou.

Eu quero já agradecer muito ao Mundaréu da Luz, por nos ter ajudado a buscar esses moradores e ex-moradores das quadras para fazermos com que sua voz estivesse presente nesta audiência.

Eu anuncio a presença de mais duas Vereadoras, que daqui a pouco, após o término da fala dos moradores e do bloco do Poder Público, assim como os demais convidados, terão a oportunidade de fala: Vereadora Ely Teruel, membro da Comissão de Política Urbana, e a Vereadora Renata Falzoni, que participou de sua primeira sessão ontem.

Agora nós vamos ouvir um morador do território há 23 anos, muito querido lá. Tem a palavra o MC Nego Bala

O SR. MC NEGO BALA – Oi, família! Bom dia, quase tarde já. Família, eu estou meio bagunçado assim porque eu fiquei até de madrugada no estúdio, mas eu estou aqui e é uma honra fazer parte desta evolução, essa troca de ideias para a gente chegar a um êxito. Eu nasci na cracolândia e, quando comecei a ler os livros de Paulo Freire e outros, passei a entender que o que eu vivo não é algo natural da vida, é uma condição imposta por alguns seres humanos para que outros seres humanos, como eu, sofram. Aí eu percebi que o que eu vivo não é uma vida, é uma desumanidade.

Eu vou contar um pouco da minha história. Meu nome é Marcelo, eu tenho 23 anos de idade, eu sou funkeiro desde os dez. Quando a minha mãe começou a usar crack no centro, eu tinha um ano de idade e eu já morava lá. Meu pai começou a tocar violão no ônibus e vendia umas paradas no farol para sustentar a mim e à minha mãe, que usava drogas. Às vezes, meu pai passava, a via usando droga, e eu sou muito grato ao meu pai por ter me desviado desse caminho para eu não seguir a mesma diretriz da minha mãe. Eu não o culparia e sou grato por ele ter escolhido criar os filhos, um homem solteiro criando dois filhos na cracolândia, no centro de São Paulo, vendo minha mãe na direta. Eu fui crescendo nessa realidade e eu sempre busquei, desde pequeno, fazer alguma coisa para ajudar o meu pai e tirar a minha mãe das drogas. Isso desde pequeno. Eu cresci já tentando trazer solução a essa parada e não deu tempo de ser criança, principalmente no centro, no fluxo, da região onde eu vivi.

Eu fui uma criança que cresceu nessa realidade, e o Estado não ajudou. O Estado pode até ajudar as comunidades, mas as quebradas, ele não ajuda.

Minha história é esta: eu sou o Marcelo, nascido na cracolândia, e eu passei ali o que várias pessoas já conhecem: a desumanidade do Estado, a repressão, a falta de escolaridade, de saúde, de emprego e tudo mais.

Tempos atrás, surgiu essa questão das quadras: a Prefeitura chegou metendo o pé, sem ideia, sem dó, sem querer saber se era gente ou não e nos jogou na rua como se a gente fosse cachorro mesmo. Eu falo que é desumano, porque eles dão 400 reais para as famílias viverem no Brasil, onde “o pão” custa é 450 reais, “um pão” é 450 reais. Mano, é muito desumano, a matemática não bate, as contas não batem. No meu ponto de vista, é isto: se eles pudessem tacar fogo em todo mundo, eles tacavam, mas, como eles não podem, eles tentam maquiar a desumanidade deles, prometendo coisas que não vão cumprir. Eles prometem, mesmo sabendo que eles não vão cumprir.

Hoje eu tenho 23 anos de idade e, apesar de tudo, eu não tenho revolta, porque eu vivo com revolta no meu coração, procuro não trazer esse tipo de energia para a minha vida, mas eu vivo com a sensação de revolução, com aquela sede de justiça, porque você olha uma mãe, que já é solteira e que está na luta, ou até mesmo uma família que já está na luta, vivendo o dia a dia, que é já difícil, no centro de São Paulo e em todas as comunidades, para conseguir o leite e o pão, e aí a GCM chega enquadrando, não importando se é pai de família ou não, já metendo a mão, oprimindo. A opressão vem desde o enquadro até debaixo do teto, porque mesmo dentro de casa, parece que a gente não tem casa, porque chegam metendo o pé na porta, chegam mandando embora.

Eu, com 23 anos de idade, não imaginei um dia que ia participar de uma audiência pública e falar o que eu vivi, e eu estou aqui agora. Parece mentira para mim, mas é isso. Eu morava no Quadra do Pérola Byington, e saber que o hospital foi construído irregularmente me dá o maior remorso, porque eu abaixei a cabeça. É informação, então, a gente abaixa a cabeça. Eles vêm e te oferecem 400 reais e você acha que não vai ter mais nada, mas você não sabe que ainda tem outros recursos. Então, você aceita os 400 reais que vem do Estado, mas os 400 reais que prometeram não chegam. No meu caso, chegaram algumas parcelas.

Hoje, eu me solidarizo com a história de todos os outros moradores, Dona Graça e da outra senhora que foi morar no Grajaú, aconteceu isso comigo. Os caras prometeram, não cumpriram e tive (ininteligível) sozinho. Graças a Deus e ao meu esforço, hoje, vivo da música, vivo do funk, pago meu aluguel e minhas contas.

Não quero trazer discurso de ódio nem nada. É uma denúncia mesmo, direta e reta. Pedir, pedir não, corrigindo, mas exigindo algo que é nosso por direito como cidadão, como pessoa, como ser humano. No Centro, pega tudo que é desumano e o Estado vem e pratica com a gente. Você é abordado, esculachado e dependente. Estou falando dependente, principalmente se for negro, cabelo duro, os caras dão uma pesada, mas dependendo de cor, cidadania, os caras não respeitam aqui no Centro. É um desrespeito além das ideias. Sem falar nos usuários de crack.

Minha mãe foi usuária de crack. Essa é a minha família e minha luta também. Sem falar nos usuários que é uma situação de saúde pública. Você pegar uma pessoa que já não tem a vida, porque já está ali usando crack, já perdeu a vida de certa forma e o Estado, ao invés de ajudar essa pessoa, põe a GCM na rua para bater, jogar bomba, para esculachar, chamar de nóia, imprestável. O nóia já não tem nada. Ele tem o cachimbo, um cobertor e talvez uma barraca. Aí vem o Estado e leva tudo, leva a barraca, o cobertor, joga água.

Essa limpeza, por exemplo, que acontece é uma limpeza focada na desumanização. Eles estão mais focados em tirar o que não temos do que limpar as ruas. Qualquer pessoa que fizer um passeio por meia hora vai perceber a tenuidade entre a realidade de uma Higienópolis e o Centro. Todos somos seres humanos, independente das nossas dificuldades e principalmente das nossas fraquezas. Aqui no Centro a droga é uma fraqueza e vai te matando aos poucos. Tem pessoas que conheço há 10 anos – tenho 23 anos e pessoas que conheci quando tinha 10 anos e que até hoje usam droga. Eu chamo de pai, mãe, irmão, amigo, é uma família, mas o Estado não vê assim. Acho que o Estado não vê nem mais como número porque os caras nos tratam de forma muito desumana. Esse é o meu discurso.

Eu poderia repetir tudo o que o Renato falou, a Gil, mas é isso. A palavra que quero dizer é desumanidade. Pega um caderninho e põe: desumanidade, fome, opressão. É o que acontece aqui no Centro. No meu ver, é como se eu fosse um protótipo de um apartheid social. Os caras vêm aqui e fazem o que querem e não podemos falar nada. A gente pode, mas não sabe. Não tem ninguém para dar a direção.

Eu mesmo dou muito discurso de termos de nos formar em advocacia, ser juiz porque não tem ninguém que fala por nós. Não tem ninguém que fala: Eu sei dessa realidade. Não. Os caras falam: Tira todo mundo na pandemia. Tem um monte de família que tem problema. “Problema deles. Estou aqui com meu café da manhã, caviar, tira todo mundo de lá na pandemia.” A gente fala: “Não, não vamos sair.” E vem o GCM e tece a madeira.

Aí vem uma pessoa como o Eduardo, a Gil, o Renato e os caras ficam em choque. Os caras têm medo de levar um processo. Como o GCM é civil, eles nem tem dinheiro para pagar um advogado para eles e ficam com medo de levar processo. De quem? De quem tem conhecimento. Nós, leigos, os caras descem a madeira, pisa na cabeça.

Tenho uns vídeos no meu celular que divulgo, mas se chegar no Estado, não tem como...é muito desumano. Foi mais do que uma denúncia, foi um desabafo de um ser humano. Não é uma militância apenas, mas um desabafo de um garoto negro, de comunidade que viveu a vida na cracolândia sofrendo e hoje estou com os meus.

Hoje vejo crianças e não mudou nada. Tenho 23 anos e não mudou nada. Falaram que iriam fazer o Sesc lá. Você tem de ter quatro mil de carteira assinada. Como vamos ter carteira assinada se nem escolaridade temos. É tudo bagunçado. Para você se cadastrar no programa para ganhar 400 reais por mês, tem de ter documento. O documento que você tinha a GCM levou, derrubou sua casa. É tudo desconfigurado.

Peço desculpa pelo tom de voz, a emoção que acabei me deixando levar, mas é desumano. É muito desumano. Minha mãe morreu no crack. O que o Estado fez para ajudar? Nada, além de ter batido nela e ter falado para ela que ela era uma nóia. Todos os dias escutam do Estado que são nóia e que não prestam para nada. Se não puderem ajudar, não

atrapalhem. Não sei para quem estou falando isso, quem está me ouvindo, mas, por favor, não precisamos ninguém para atrapalhar. A GCM está lá e não ajuda em nada. Coloca um monte de funcionário público de saúde, nos postos têm um monte.

É difícil andar lá, mesmo com funcionário público que quer ajudar. A Gil e o Renato querem transitar para nos ajudar, mas a GCM atrapalha. Falo GCM, mas antes da GCM era a Militar.

Para mim, isso é um planejamento de extermínio. Os caras não se preocupam conosco. É isso. Agradeço. É uma satisfação falar com vocês novamente. Meu propósito é evolução para a comunidade, uma vida igual para todo mundo. A cracolândia está chorando. Está chorando sangue e a torneira de dinheiro do Estado não fecha. Enquanto a torneira do Estado está aberta em questão financeira, nós estamos abertos do lado sangrento. Sangramos na alma, sangramos na pele, emocionalmente, fisicamente.

Agora, estou dando este discurso, mas ali no Centro está acontecendo alguma coisa negligente. Eu vou falar nós, mas eu não fumo, vou falar nós. Nós fumamos um baseado e é ilegal. Os caras fizeram um hospital ilegal. Os caras põem a mão em nós, batem na cara de criança, é ilegal. Tem de ter alguém lá para fiscalizar esses caras. Não sei quem, não sei como.

Sou um cidadão que tento fiscalizar. Os caras quebram o nosso celular, batem na gente, entram nas casas, metem o pé na porta. Esse é o jeito que fazem. Se não der para fazer tudo, ajudar na saúde, pelo menos, arruma alguém para fiscalizar a GCM agora, hoje, já. Os caras estão matando, torturando. Eles não têm dó de ninguém. Os caras falam que é limpeza o Rapa, mentira. Rapa, que nada. E outra, não precisa de rapa de rua, não. Mas precisa de rapa de alma, rapa de vida, mano... a vida do ser humano, tio. Aqui, no Centro, têm pessoas e suas famílias, e mesmo se só tivesse “noia”, nós ainda somos gente, mano. Nós ainda somos seres humanos, tio. O “noia” é ser humano, é ser humano, é ser humano. E o que nós vamos fazer com esse ser humano? Vamos tentar reduzir danos. Vamos tentar reduzir danos. Mas não, mano. Os caras nos olham com ódio. E vocês precisam ver aquelas barricadas que os caras fazem para tentar coibir, controlar o trânsito. Se é uma mãe de família que saiu e deixou o

feijão no fogo, se saiu para comprar outra coisa, vem a GCM e fala: “Não. Não dá mais para você passar aqui”. E, aí, você fala: “Mas o meu filho está em casa”. “Não, não pode. Já era. Dá a volta”. Beleza, eu dou a volta, eu vou respeitar. Você dá a volta, na outra rua tem outro GCM que fala para você: “Você não pode passar nesta rua”. “Mas por que eu não posso passar nesta rua? “Porque ali tem noia”. “E daí que ali tem noia, mano? Eu quero ir para a minha casa, eu moro aqui. Eu não tenho culpa que o Estado não sabe tomar conta dos usuários e vocês querem ficar nos barrando, tio”. E, aí, o Doria, mano, é maldade, de verdade, está desumano... Eu não sei se daqui para amanhã isso vai acabar, ou daqui a um ano... Mas eu sei que eu tenho 23 anos de idade, eu venho tentando denunciar essa questão...

Hoje, eu estou aqui, nesta audiência. Muito obrigado, de verdade. Espero ter um espaço de voz. Vou tentar organizar melhor as minhas ideias para tentar passar, porque eu vivi isso, eu vivo, está na minha alma. Como é que eu vou disfarçar?... É isso, família. Vamos juntos agradecer todo mundo. De verdade, eu achava que estava sozinho, eu achava que estava sozinho. Nós, da cracolândia, achamos que estamos sozinhos. Mas, aqui, nesta audiência, eu vejo que nós não estamos sozinhos. É desumano para c.... Mas, é isso, vamos que vamos. Não vamos soltar da mão de ninguém. Estamos juntos. Nós não estamos sozinhos. A população está entendendo... E se nós tivéssemos entendido antes que isso que está acontecendo no Centro é ilegal... Tudo isso que está acontecendo no Centro é ilegal. Eu já entendi. A gente sabe, mas tem medo e o medo faz que com que a gente abaixe a cabeça, mas ainda bem que não estamos sozinhos nessa luta. Temos que conquistar o nosso espaço, conquistar a nossa humanidade, reumanizar a nossa humanidade porque, como Paulo Freire disse, ninguém melhor que a sociedade oprimida para entender o mecanismo. Se é o mecanismo da sociedade opressora, se é o que eu falo... Não estou apontando o dedo para ninguém, apenas para este Estado genocida que mata, mata, mata e mata e mata. E, agora, aqui no Centro, dentro do Centro até o extremo da zona Sul, ainda segue matando. Nós vamos falar do Centro porque tem de colocar alguém para fiscalizar, pelo menos, até a Sé.

Estamos juntos. Forte abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, MC Nego Bala. Eu chorei, aqui, com o seu depoimento. Fiquei emocionada. Estou emocionada...

Morei, também, na região, durante cinco anos, na esquina da... Depois eu falo...

Eu acho muito importante, muito importante mesmo que todos nós, Vereadores e Vereadoras, escutemos essas pessoas e também o Poder Público escute essas pessoas que estão falando.

Queria agradecer, mais uma vez, ao MC. Fique aqui conosco, porque o Poder Público, em breve, vai responder. E, para encerrar este último...

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Foi muito importante, muitíssimo importante, querida Presidenta Silvia da Bancada Feminista, foi muitíssimo importante o depoimento do Nego Bala. Depois, quero ver se converso mais com ele. Gostaria, até, de ter o contato dele, por favor. Mas, prossigamos.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Prossigamos. A última pessoa para falar, deste último bloco dos moradores, é a Neti. Ela é uma das lideranças da ocupação Mauá e também Conselheira.

A SRA. NETI ARAÚJO – Olá. Boa tarde a todos. Eu sou a Neti Araújo, Coordenadora do Movimento de Moradia na Luta por Justiça e Conselheira com o companheiro Renato e de tantos outros que se apresentam aqui, nesta audiência.

Poxa, depois da fala do companheiro Nego Bala, morador, que vem vivendo todo este momento de opressão, repressão, falta de respeito, fica até difícil de falarmos. Eu estou com a voz completamente embargada, engasgada, com vontade de soltar um monte de coisas, mas eu gostaria de aproveitar este ensejo e pedir respeito, respeito pelas famílias das Quadras 36, 37 e 38; respeito pelos Conselheiros que foram eleitos pelas famílias que ali estavam e que ali moravam e de algumas que ainda ali moram.

Eu queria só deixar claro aqui, através desta audiência pública - eu não sei se os que me antecederam lembraram e falaram, porque eu estava em outra reunião -, que há mais de um ano que o Conselho não é ouvido. Nós temos mais de um ano que colocamos em pauta a

necessidade de levar proposta, de levar a voz dos moradores das Quadras 36, 37 e 38 para dentro de uma reunião, representando as famílias para com o Poder Público podermos tirar uma saída digna, uma saída legal. Infelizmente, nós não somos ouvidos.

Eu quero deixar claro também que, infelizmente, está nascendo cada vez mais e todo dia uma família em situação de rua, por falta de comunicação, por falta de interesse político, que acabam empurrando essas famílias para a rua e esse déficit está aumentando, infelizmente.

O artigo 6º, da Constituição Federal, dorme, não respeita, ou até mesmo quem conduz, quem leva a colocar em prática o artigo 6º não respeita nenhuma população sem teto de baixa renda.

Eu queria propor que, através desta audiência, através de nosso Vereador Eduardo Suplicy e de tantos outros Vereadores e Vereadoras aqui presentes, que saísse uma reunião com os Conselheiros, com os representantes das famílias, com o Poder Público, para que possamos levar todas as ideias que foram pautadas lá atrás, lá atrás, que foram pautadas e que não foram colocadas em prática. Não é empurrando as famílias, não é oprimindo – como o Nego Bala disse -, não é tirando o direito dessas famílias que vamos conseguir chegar a algum lugar.

Quero dizer que, representando essas famílias e através delas ter essa voz, esse direito de voz, com os outros Conselheiros, com o companheiro Renato, companheiro Dito e tantos outros e tantos outros que aí estão, vamos continuar juntos fazendo a defesa de todos os moradores das Quadras 37 e 38.

A outra questão é que não dá para separar uma coisa da outra, infelizmente, como moradores das quadras 37 e 38. O morador Nego Bala falou bem sobre a falta de respeito, de forma geral, com os moradores em situação vulnerável, em situação de drogadição: a forma que são tratados, a situação de higienização que é feita ali, jogando água, jogando bomba, jogando bala, e outras coisas. Aquelas pessoas estão morrendo com seus direitos completamente violados: o direito de ir e vir, o direito de morar com dignidade, o direito de

comer.

Estamos juntos. Agradeço os nobres Vereadores Eduardo e a Juliana, que estou vendo no vídeo; e na pessoa deles cumprimento os Vereadores presentes e os nossos Conselheiros também.

Vamos fazer justiça. Chega de empurrar gente na calçada. Chega de empurrar gente sem direito a nada. Ninguém aqui está pedindo esmola para ser um ninguém, é um direito que tem que ser atendido, porque se ele dormir, vamos acordá-lo, porque a pior luta é aquela que não se faz e quem não luta está morto.

Um forte abraço.

Obrigada.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada Neti, maravilhosa. Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Neti; dirigente da Ocupação Mauá.

Avisando as pessoas que estão nos acompanhando, esta audiência é sobre as remoções na região da Cracolândia, está sendo veiculada pela Comissão de Política Urbana e foi proposta pelo mandato da Bancada Feminista.

E agradecemos a participação das pessoas que já deram os seus depoimentos e as que ainda falarão. Neste momento, vamos passar ao segundo bloco da reunião, que é justamente para nós ouvirmos os representantes do Poder Público, e esperamos muito que eles respondam a todas as questões levantadas pelos moradores.

Convidamos vários Secretários para esta audiência, como a Secretária Elza, de Segurança Urbana; a Secretária Berenice, de Assistência Social; o Secretário de Habitação Orlando; a Secretária de Direitos Humanos Claudia; e o Secretário de Saúde Edson Aparecido; junto com a Secretaria de Governo, que decidiu mandar para falar em nome da Prefeitura o Sr. Alexis Vargas e a Sra. Berenice, que também acho que vai falar.

Agradeço a presença de todos e esperamos que possam responder as questões.

Tem a palavra o Sr. Alexis Vargas.

O SR. ALEXIS GALIAS DE SOUZA VARGAS – Boa tarde a todos. O Programa Redenção tem um comitê gestor instituído, composto por diversas Secretarias. Em nome desse Comitê Gestor, estou aqui junto com a Secretária Berenice e o Secretário Adjunto Álamo, de Segurança Urbana.

Se me permitir, vou passar a palavra para a Secretária Berenice e, depois, eu falo.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Ok. Tem a Palavra a Secretária Berenice Giannella.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Bom dia, Vereadora Silvia, demais Vereadores presentes, Secretários. É um prazer estar presente. Acho que temos bastantes ações positivas para falar em relação a Redenção. Vou devolver a palavra ao Sr. Alexis agradecendo a referência, para que ele faça a apresentação do projeto e, depois, eu complemento, se houver necessidade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada. Tem a palavra o Secretário Alexis.

O SR. ALEXIS GALIAS DE SOUZA VARGAS – Obrigado, Presidente, pela possibilidade de falar e trazer um pouco mais de informações sobre o Programa Redenção.

Sou Secretário Executivo de Projetos Estratégicos na Secretaria de Governo e o Programa Redenção é um dos projetos estratégicos que acompanho e coordeno junto com a Secretária Berenice. É uma ação complexa, um problema complexo e antigo, pois a Cracolândia existe há mais de 30 anos e várias gestões já passaram por esse problema de complexidade social, econômica, de saúde, de assistência, de segurança, que tentamos enfrentar com uma solução completa que respeite todas as pessoas que são vitimadas por essa situação degradante que acontece naquele território da Cracolândia.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção. (Pausa prolongada.)

O SR. ALEXIS GALIAS DE SOUZA VARGAS – Vou tentar passar rapidamente, o

tema desta audiência pública é a desocupação das quadras 37 e 38. Vou dar um panorama geral do programa para entendermos onde isso se insere no programa.

Há aqui uma linha do tempo, em 2017, o programa Redenção é criado. São abertos equipamentos na região e em outras regiões. Em 2018, começa em operação o Redenção na Rua, com atendimento nas ruas para as pessoas em uso abusivo de álcool e drogas, além das equipes de abordagem social da SMADS e do programa Consultório na Rua, que também atua; criamos uma equipe específica Redenção na Rua, que seria um consultório na rua voltado para o uso abusivo de álcool e droga. Seria um consultório na rua turbinado, mais adequado para esse tipo de atendimento. Em junho foi enviado para a Câmara um projeto de lei instituindo a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas. Foi uma decisão do Prefeito Bruno Covas que essa política municipal não fosse veiculada por decreto, mas sim por lei, para que os Vereadores e a sociedade pudessem debater a estrutura dessa política.

(Falha na transmissão.) ...foi a definição de que redução de danos, abstinência, internação são todas possibilidades dependendo do plano terapêutico singular de cada pessoa. Que com a legislação aprovada – e ela foi aprovada em maio de 2019 – fica claro na política municipal que não há só um programa de redução de danos ou só de abstinência. Esse é um elemento importante dessa política municipal.

De junho a dezembro, fizemos estudos técnicos para reformulação do programa Redenção e, a partir da aprovação em maio, entramos no que chamamos de Fase 2 do programa Redenção, instituindo vários normativos e um serviço novo, que é o Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica. Vou explicar um pouco mais o que é isso. Em junho inauguramos o primeiro SIAT II, na Armênia. SIAT é a sigla de Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica.

Em abril de 2020, inauguramos outro SIAT II, no Glicério; ainda em abril, no dia 17, inauguramos o CAPS AD IV. CAPS IV é uma regulamentação recente do Ministério da Saúde. O CAPS é um equipamento conhecido de todos nós, é o Centro de Atenção Psicossocial. Existe o I, o II, o III e o CAPS IV foi uma proposta da Prefeitura de São Paulo para o Ministério

da Saúde, que o regulamentou. É um equipamento próprio para estar próximo de cena de uso aberto, que é a classificação do fluxo que costumamos chamar de cracolândia.

Em agosto de 2020 inauguramos o SIAT III em Ermelino Matarazzo e com isso temos uma boa dimensão de como o programa está avançando na oferta de atendimento para essa população.

Falei que houve uma fase de estudos, estudamos para fazer essa reformulação não só as próprias experiências do Município, vendo o que estava funcionando, dando certo e o que não estava dando certo. E olhamos também para experiências internacionais. Aqui algumas cidades que estudamos, em todas, as cenas de uso aberto eram dominadas pelo uso de heroína, que é diferente do crack por questões de saúde. Existem medicamentos que ajudam no tratamento da heroína, o crack já não tem a possibilidade de ter um medicamento que ajude a reduzir o vício de forma direta. A heroína tem essa possibilidade, o crack não, então se torna um desafio bem maior. Mas vimos alguns elementos, que são esses destacados, que resultaram no sucesso dessas operações. Nesses três ou conseguiram extinguir as cenas de uso aberto ou houve uma redução bastante significativa.

Coordenação das áreas: Assistência, Saúde e Segurança Pública. Abrigos e acolhimentos sociais não localizados no fluxo, mas em outras localidades. Aumento de vagas em acolhimento social e intervenção urbana no local.

E é neste ponto que começa a entrar o nosso assunto.

A intervenção urbana no território é um ponto bastante relevante de sucesso de uma política pública completa para atuar sobre uma cena de uso aberto. Foi a partir da legislação municipal, de 20 de maio de 2019, que foram feitos diversos normativos. O decreto que regulamenta a Política Municipal de Álcool e Drogas institui o programa Redenção. Foi regulamentado daí o SIAT, o Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica, na portaria conjunta, e depois feito um protocolo integrado de cada um dos níveis do SIAT: SIAT I, SIAT II e SIAT III. Foi regulamentado também o Núcleo Técnico. Há o Comitê Gestor que é composto por secretários e o Núcleo Técnico, em que estão representadas essas mesmas secretarias para

dar andamento no dia a dia do programa, fazer a parte técnica e supervisionar a parte operacional.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Alexis, apenas para avisar que houve um problema técnico e os *slides* não estão rodando. A tela mostra apenas “programa Redenção”... Agora rodou.

O SR. ALEXIS GALIAS DE SOUZA VARGAS – É que ele estava no modo apresentação. Obrigado por avisar.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Pode continuar.

O SR. ALEXIS GALIAS DE SOUZA VARGAS – Vou continuar daqui.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Mas passa devagar os *slides*, porque não vimos.

O SR. ALEXIS GALIAS DE SOUZA VARGAS – Eu vou passar sim. Essa é a linha do tempo, pena que não deu para ver. Não vou abusar da paciência de vocês, repetir tudo. Mas aqui tem a linha do tempo explicando cada evento nesse período, desde 2017 até o final de 2020. Aqui, as experiências que estudamos de Zurich, Frankfurt e Viena, destacando os temas que eu mencionei: a coordenação integrada de assistência, saúde e segurança pública; aumento de vagas em acolhimento social; localização desse acolhimento distante do fluxo ou da cena de uso aberto; e intervenção urbana.

Esse *slide* mostra todos esses normativos do Programa Redenção – só para demonstrar como ele foi avançado ao longo desses anos, regulamentando o serviço.

E agora vamos entrar numa explicação sobre o que é o Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica, organizado em três níveis.

O SIAT I é o que cuida da abordagem no território, promovendo a escuta qualificada das pessoas, faz o acompanhamento em saúde e assistência. E encaminha aqueles usuários que quiserem seguir no tratamento para o SIAT II.

O SIAT II já promove a acolhida temporária, pelo acompanhamento de saúde e assistência – é um equipamento híbrido, tanto de assistência quanto de saúde, as equipes

trabalham de forma integrada no mesmo equipamento, com os seus serviços funcionando de forma bastante integrada. Tem atendimento para serviço de urgência e emergência, políticas de redução de danos, promove a acolhida de curto prazo, tratamento das comorbidades todas, não é somente o tratamento por motivo de droga, mas toda as comorbidades que se apresentarem. E é o início do tratamento da adicção. Os usuários que evoluírem e quiserem continuar o tratamento podem ser encaminhados para o SIAT III.

O SIAT III é também um equipamento integrado de assistência e saúde, num tratamento já mais avançado quanto à adicção. E ali ele pode morar com a sua família, com familiares, durante um período, no qual se busca restabelecer os vínculos sociais dessa pessoa, fazer capacitação profissional para o mercado de trabalho, para que ela tenha uma autonomia maior. Nós trabalhamos na inserção produtiva. Por isso que chamamos de porta de saída.

Então o nível I é para atendimento na rua. O nível II é um atendimento intermediário, em que ele tem onde dormir, onde tomar banho, onde lavar roupa, e participa de oficinas, participa do tratamento. E depois, no SIAT III, já vai para uma instalação maior, melhor, com profissionalização, chegando ao mercado de trabalho.

Aqui tem um mapa com a disposição desses equipamentos. Então o SIAT I, que é o de abordagem, funciona ali no território, é a bolinha vermelha ali na Luz. O SIAT II tem uma distância de até três quilômetros. Então os dois equipamentos que temos hoje de SIAT II, que é na Armênia e no Glicério, é para poder ser uma distância a pé do fluxo. É proposital que eles não estejam lá no fluxo, mas estejam a uma distância a pé. E o SIAT III tem uma distância de mais de dez quilômetros da cena de uso aberto.

Então temos Brasilândia, Ermelino Matarazzo, Penha e Heliópolis. O da Penha ainda está em obra, com previsão de inauguração este ano. Brasilândia e Heliópolis eram antigos hotéis sociais do programa anterior, De Braços Abertos, que eram hotéis que funcionam bem. E nós buscamos ainda melhorar. Aprendemos com a experiência boa deles e tentamos melhorar, integrando ainda mais o serviço de assistência social a esses

equipamentos. E levamos para Ermelino Matarazzo e Penha, ampliando as vagas e a capacidade de dar tratamento adequado para essas pessoas.

Aqui temos algumas imagens do SIAT I. Tem a equipe do Redenção na Rua, que está de avental azul. Tem a equipe do SEAS, que é o Serviço Especial de Abordagem Social, com o colete que é metade azul, metade verde. E a equipe do Consultório na Rua, que está de avental branco. As imagens mostram o pessoal atendendo o pessoal na rua, de uma forma integrada, cada um fazendo o seu papel e dando um atendimento mais completo para as pessoas ali na rua, no território, na cena de uso aberto.

SIAT II Glicério foi inaugurado em abril de 2020. E o Armênia em junho de 2019. E aí algumas imagens deles. Quando levamos as pessoas que estavam no antigo Atende, ali na Rua Helvétia, bem na cara do fluxo, para esse equipamento, elas desceram do ônibus aplaudindo. Foi um momento emocionando. Elas, hoje, têm um atendimento muito mais digno, muito mais adequado, exatamente por estar longe do fluxo, do tráfico, da opressão que tem ali em cima das pessoas e dos funcionários que trabalhavam lá, por causa do tráfico. Então a condição em que elas hoje têm esse tratamento aqui é infinitamente superior ao que elas tinham antes.

SIAT III Heliópolis tem 56 vagas. O da Brasilândia tem mais 56 vagas também. Uma das coisas boas que eles tinham era, acoplado a eles, a promoção de geração de renda, de profissionalização. E isso que levamos de uma forma bastante intensa para os equipamentos novos também. O Ermelino foi inaugurado em agosto de 2020, com 61 vagas. Convido os Vereadores a visitar esse equipamento, que é de primeiro mundo, exemplar, com uma estrutura impecável, com a equipe da OSC Casa de Isabel, que trabalha com a reinserção das pessoas no mercado, na sociedade. Um trabalho muito rico, muito importante. E algumas imagens do Penha, que está em obra. Essas obras começaram em março de 2021. A previsão de inaugurarmos ainda este ano. Vai ter aproximadamente 50 vagas – e aproximadamente porque pode mudar um pouco para cima, um pouco para baixo, a depender da acomodação da obra das vagas dentro da obra.

O CAPS IV, inaugurado em abril de 2020, ali em frente à Praça Princesa Isabel, bem próximo ao fluxo. Como eu disse, é um CAPS específico para estar próximo do fluxo, funcionando como base de apoio do SIAT I. Por isso que ele também é chamado de Unidade Redenção, porque serve de apoio para o SIAT I e funciona também o CAPS IV na região.

Essa é a foto da equipe que trabalha lá.

Há ainda dois Atendes, o 4 e o 5, em outras regiões da Cidade. Sai um pouco do escopo dessa reunião, mas é onde temos outras pequenas cenas de uso aberto. É um na Roberto Marinho e outro na CEAGESP, na Vila Leopoldina.

Essas são imagens de atividades no SIAT II: oficinas, mecanismos de incentivo e recompensa para que as pessoas participem do tratamento e evoluam na retomada da autonomia. Algumas oficinas de profissionalização também ocorrem ali. Durante a oficina de grafite, eles pintaram a própria unidade e também as suas carroças. Tem a imagem de uma.

E o POT Redenção, para quem conhece, o Programa Operação Trabalho é uma estratégia de frente de trabalho para capacitar as pessoas para o trabalho, para uma jornada parcial, em que elas recebem uma bolsa da Prefeitura. Há uma parte específica do POT para o Redenção, é o POT Redenção, com uma bolsa de 731 reais, a pessoa trabalha quatro horas por dia. É um pilar estruturado de saída, uma preocupação grande que essa pessoa seja formada para o trabalho e também socioemocional, que é a formação pessoal e cidadã, acompanhada de um apoio na diminuição do uso de drogas. Não há exigência de abstinência, mas há um apoio, um incentivo a que ela vá reduzindo o uso de drogas, para que ela possa voltar a ter uma vida produtiva. É feito um acompanhamento de perto dessas pessoas, não é só pagar a bolsa e esquecê-las no mercado. Longe disso, é um acompanhamento individual de todos e só vão indicados para o POT conforme o Plano Terapêutico Singular feito pela Saúde e pela Assistência Social, apenas para as pessoas com condições de começar a trabalhar. É uma jornada parcial, não é de oito horas, mas já é um passo bastante importante e relevante para a melhoria do uso abusivo.

Eu fiz esse contexto para mostrar a todos que acompanham a audiência, para os

Vereadores, para os novos, que a intervenção urbana nas Quadras 37 e 38 acompanha um programa bem maior que busca enfrentar uma situação muito complexa. Primeiro, ampliamos e alteramos bastante a forma de atendimento das pessoas, a Prefeitura dedica bastante recurso, servidores e equipamentos voltados a atender essa população do fluxo, da cena de uso aberto para fazer isso antes de começar a desocupação das Quadras 37 e 38. Fomos inaugurando equipamentos, melhorando serviços desde 2019 para poder dar esse passo também com a intervenção urbana. A intervenção urbana no território é muito relevante para o programa Redenção, para que possamos reduzir e combater essa chaga, que é a cracolândia, essa cena de uso aberto dessa região.

Ouvimos alguns moradores, o MC Nego Bala falou da falta de dignidade. Quando se visita a cracolândia - e eu vou com frequência no território -, é onde vemos uma falta de dignidade muito grande das pessoas que estão ali na rua, sendo manipuladas pelos traficantes. Elas são usadas por eles para combater a GCM, para que eles possam traficar com mais liberdade. Realmente é uma situação que para ajudar essas pessoas, precisamos mudar as condições do território.

Nessa foto dá para ver a Quadra 37 e 38 destacadas e ao lado, olhando no mapa a parte debaixo, dá para ver as torres na Dino Bueno, na Helvétia e na Cleveland, que já foram construídas pelo Estado. Acho que seria de suma relevância que os moradores desses prédios também estivessem sendo ouvidos nesta audiência pública, porque ali há uma política urbana de muito sucesso. Quase todas essas pessoas saíram da periferia para morar no Centro. É essa linha do Plano Diretor que classifica essa região como ZEIS 3, longe de ser uma operação ilegal, essa é uma operação que faz cumprir o Plano Diretor, trazendo moradia digna para a área central, para essa Zona Especial de Interesse Social, que compõe essas quadras, e trazendo pessoas da periferia para uma área com infraestrutura urbana muito mais adequada para moradia.

É isso que o Plano Diretor prevê de forma expressa em relação a ZEIS 3. São regiões com moradias precárias, mas com uma infraestrutura urbana muito boa: oferta de

transporte público, de escola, de saúde, que o Centro tem bastante. Vários moradores relataram isso. Então ao contrário de estar expulsando as pessoas, essa intervenção urbana está trazendo mais pessoas. Quando pudermos concluir a desocupação das Quadras 37 e 38, vamos construir várias torres para ter muito mais... (Falha na transmissão.) ...mas atendendo mais pessoas que poderão vir morar no Centro. Isso é o que já acontece nas Quadras 49 e 50, que são essas em frente, onde já existem as torres construídas.

Seguindo as diretrizes do Plano Diretor, à risca, foi instituído o Conselho Gestor, que aprovou as diretrizes de intervenção para as Quadras 37 e 38. O Conselho Gestor é composto por moradores, membros da sociedade civil, membros do Governo. Foram apresentadas as diretrizes pelo Governo, foram discutidas e aprovadas. Por isso não é verdade que as pessoas não sabem como serão atendidas. Na judicialização dessa situação, nós entregamos o processo, essas diretrizes, a ata que aprovou; as pessoas sabem como serão atendidas. Foi explicado, aprovado pelo Conselho Gestor e já houve outras reuniões, além de várias visitas da Secretaria de Habitação e da SMADS no território, passando de casa em casa, tirando todas as dúvidas.

O Conselho Gestor não apenas aprovou as diretrizes, que é o documento que fala como as famílias serão atendidas, como a lista das pessoas. Não é só um ato da Prefeitura. A lista das pessoas que moravam lá foi submetida ao Conselho Gestor, que a aprovou. Então aquela selagem de 2017, a selagem é um trabalho técnico da Secretaria de Habitação que passou escaneando – vamos dizer assim -, passou por todas as casas das Quadras 37 e 38 verificando quem morava ali, porque a partir dali foi que começou o processo de desapropriação.

Essa lista foi apresentada ao Conselho Gestor, que a aprovou e foram feitos ajustes. Não foi só que aprovou, engoliu goela abaixo, nada disso. Teve recurso, teve procedimento, teve gente que foi incluída, gente que foi excluída. Foi feito um trabalho com o Conselho Gestor para aprovar a lista das pessoas que teriam atendimento.

Foram 190 famílias cadastradas ali em maio e junho de 2017, o que mostra esse

quadro amarelo embaixo no *slide*. Existiam 682 imóveis/espacos identificados, porque tudo isso não faz parte de um imóvel. Há imóveis divididos em três, em quatro, em apartamentos, uma quantidade grande de pensões; 314 eram não residenciais, vazios ou interditados, ou seja, funciona um bar, uma venda, ou está desocupado, vazio; 368, espacos habitados. Nesses 368, foram mapeadas 190 famílias residentes. E 178 se recusaram ou estavam ausentes. Em fevereiro de 2020 fizemos uma nova rodada, antes de começar o processo de desocupação, e identificamos 395 famílias, que não estavam na demanda original. Qual a importância dessa demanda original? A demanda original de 190 famílias compõe aquelas que moravam lá quando começou a intervenção urbana e que vão ter atendimento habitacional. O atendimento habitacional será dado a essas 190 famílias. As demais famílias, que se instalaram lá após esse período, terão oferta para auxílio para mudança, terão oferta caso precisem de acolhimento na rede socioassistencial da Prefeitura, mas não terão atendimento habitacional.

Ouvimos algumas falas de algumas pessoas do Conselho Gestor dizendo que deveria ser dado atendimento habitacional a todos, existem dois aspectos a serem destacados. O primeiro aspecto seria colocar essas pessoas furando a fila da habitação da cidade, que já tem um *déficit* grande. Quem tem direito ao atendimento habitacional são aquelas famílias que estão sendo desocupadas. O outro aspecto é o dinamismo desse território, como mencionado por várias pessoas que me antecederam. Esse é um território com bastante dinamismo, tem muita gente entrando, saindo, se mudando para lá ou de lá o tempo todo. Por isso que de junho de 2017 a fevereiro de 2020 – não chega a três anos, são dois anos e pouco -, das 190 famílias que moravam lá e que haviam sido cadastradas, só havia 58 ali. Não significa que essa diferença não terá atendimento, terá, aliás, já está tendo. Mas é só para mostrar o dinamismo do território.

A Secretaria Municipal de Habitação tem a responsabilidade de dar atendimento habitacional a 190 famílias. O que consta no documento aprovado pelo Conselho Gestor, que são as diretrizes? Essas 190 famílias vão ser removidas ali dessas quadras, receberão

atendimento habitacional provisório, o auxílio aluguel, e assim que construirmos as unidades, elas terão atendimento definitivo.

Agora vou esmiuçar um pouco esse assunto, que foi falado por várias pessoas. Primeiro, o auxílio aluguel é um auxílio, não é o pagamento de um aluguel. Essas pessoas não moravam ali às custas da Prefeitura, mas às custas próprias. A Prefeitura está causando o deslocamento delas de forma provisória para que retornem numa situação de moradia muito mais digna, numa instalação de prédios com segurança.

A Giulia mostrou a Dona Graça, e algumas casas estão em boas condições – a da Dona Graça é uma delas. Mas na grande maioria são pensões em situação terrível de risco à saúde e à segurança desses imóveis.

Para esta Comissão de Política Urbana é importante entender essa mensagem: ao contrário da narrativa que está sendo contada que é a de jogar as pessoas na rua, de jogar as pessoas para a periferia, o que o programa se propõe a fazer – e está fazendo – é dar moradia digna para essas pessoas no Centro. Agora, para isso, precisamos concluir a desocupação das Quadras 37 e 38. Enquanto ficamos travados neste período em que estamos agora, várias famílias já saíram e não conseguimos começar a construção das unidades, é o pior momento. É o pior momento. As pessoas têm de sair dali, como a Dona Angela, que cuidava do estacionamento em frente à Sala São Paulo, precisava ir para o Grajaú? Não sei, cada um tem uma situação. Estamos falando de apenas dois quarteirões que estamos intervindo. O Centro tem um monte de pensões e imóveis ao redor dessas duas quadras. Se algumas pessoas têm de se deslocar para bairros mais distantes, vai da situação de cada um.

O que a Prefeitura está fazendo é dar moradia digna para todos que moravam ali, ali mesmo. Das 190 famílias, 125 já estão recebendo auxílio aluguel – é um número alto -, porque ainda há várias pessoas morando lá; apenas seis dessas 125 estão com o cartão bloqueado por falta de saque, elas não usaram o cartão. A Secretaria de Habitação sempre procura essas pessoas, dá atendimento, está à disposição de todos, já foi várias vezes ao território, passamos em todas as casas, falamos com todo mundo, orientando, mas infelizmente

algumas organizações, algumas pessoas, são contra essa melhoria no território, contra a intervenção urbana para melhorar a situação do território e orientam as pessoas a resistirem, ficam falando que elas não vão ganhar nada, que a Prefeitura as está enganando. Não está, das 190 famílias, 125 já recebem o auxílio e assim que conseguirmos concluir essa desocupação, vamos construir os prédios e outra dúvida que muitas vezes se coloca: muitas pessoas não se enquadram na regra da PPP.

O atendimento definitivo será dado nas unidades construídas ali mesmo nas Quadras 37 e 38 para 190 famílias – isso está garantido. Caso as pessoas não se adequem ao parâmetro de entrada na PPP, e vai sim ter subsídio. Um participante falou que é mentira, mas sim, vai ter subsídio, isso está claro no convênio da Prefeitura com o Estado. Quem tem a PPP é o Estado, não é o Município. Há um convênio da Prefeitura com o Estado para que o Estado construa essas unidades e é a Prefeitura que indica as pessoas que serão atendidas ali. Essas 190 famílias compõem a lista que a Prefeitura está indicando para serem atendidas. Caso não tenham condição de serem atendidas... (Falha na transmissão.) ...que a Prefeitura vai dar e quero deixar claro, porque muitas dizem que têm de comprar PPP como se estivesse no mercado normal, não, não é. A pessoa entra pela faixa, conforme a renda que tem. De acordo com a renda, a Prefeitura dá mais ou menos subsídio para que ela seja atendida e consiga conquistar a sua habitação definitiva ali no território. Caso ela não se enquadre de forma alguma em nenhum critério, a Prefeitura vai atender essa pessoa por meio de um programa de locação social na região central. É importante que se esclareça isso.

Muitas vezes as pessoas confundem locação social com auxílio aluguel, mas são bem distintas. O auxílio aluguel é esse pagamento em dinheiro, todo mês, os 400 reais para ajudar a pessoa nesse período em que ela tem que se deslocar de onde morava, ajudar com aluguel. O auxílio aluguel é para isso. Locação social é outra coisa: a Prefeitura põe as pessoas para morar num prédio público como se elas fossem locadoras. É locação social porque as famílias pagam um aluguel de acordo com a capacidade econômica, é uma locação subsidiada. Queria apenas explicar como se dá esse atendimento definitivo. Se a pessoa

conseguir se enquadrar, sendo subsidiada pela Prefeitura, de acordo com a renda,... (Falha na transmissão.) ...permanente ali nas Quadras 37 e 38. É uma melhora brutal nas condições de vida das pessoas que moram ali. Se de forma alguma, nem com subsídio, ela for atendida pela PPP, ela vai para o programa de locação social para morar de forma definitiva também na região central da cidade.

Acho que com isso, tentei responder vários questionamentos feitos por várias pessoas que me antecederam na audiência pública. Essas informações sobre 125 famílias que estão recebendo auxílio aluguel, seis cartões bloqueados, foram atualizadas no dia 11 de abril.

A parceria público-privada no centro já está em andamento. As Quadras 49 e 50 e a Praça Júlio Prestes são entregas já feitas, ainda falta acabar algumas coisas, ainda tem um canteiro de obras na Quadra 49, mas já tem bastante unidade entregue.

Fica a minha sugestão para que essa comissão chame os moradores desses empreendimentos para que eles falem como está a vida ali. Eles precisam ser ouvidos quanto à condição de onde vieram, como estão vivendo ali, que desafios enfrentam para morar nesse território e em quais condições estão vivendo. Desde 2015 a PPP da Habitação entregou 1.443 moradias sociais na região central, fez a revitalização da Júlio Prestes, a reforma do Corpo de Bombeiros e a entrega da Creche Municipal, que funciona na Quadra 50.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Alexis, estamos com um problema na Câmara de espaço. A Comissão de Meio Ambiente e Direitos dos Animais está marcada para usar este auditório onde estamos realizando a audiência e, pelo sistema da Câmara, não temos como deslocar para outro espaço e a comissão precisa realizar a audiência para aprovar três requerimentos. Nós ainda temos muitas pessoas para ouvir, nossa audiência tem mais tempo de duração, por isso vamos ter que fazer uma coisa um pouco chata, mas não tem jeito. Tentamos conversar para encontrar alternativa, continuar nossa audiência em outro espaço, mas o sistema da Câmara não permite. Nós vamos precisar interromper a nossa audiência de 10 a 15 minutos no máximo e depois voltarmos.

Por isso convido o senhor e todas as pessoas que estão participando, inclusive há

peessoas inscritas para falar. Esse é um tema complexo, demora bastante tempo, por isso peço para as pessoas darem esse tempinho para a comissão realizar a audiência, aprovar os requerimentos e retornamos em seguida. Quando retomarmos, o senhor pode concluir, como fala do Governo já foram 35 minutos de fala e depois abrimos para as outras pessoas inscritas na audiência.

Pode ser assim?

O SR. ALEXIS GALIAS DE SOUZA VARGAS – OK. Essa retomada seria em quanto tempo?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Em torno de 10 minutos. Quem está prometendo é o Vereador Xexéu Tripoli, que é presidente da comissão que vai ocupar o nosso espaço. Ele vai fazer o mais rápido possível.

Desculpem, mas é um problema de espaço da Câmara.

Vamos suspender, mas retomaremos a audiência em 10 minutos.

- Suspensa, a audiência é reaberta sob a presidência da Sra. Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Retomo, oficialmente, agora, a audiência pública, já pedindo mil desculpas a todas, todos e todes, por nós termos esse imprevisto, na verdade, de mudança de espaço.

Gostaria de pedir, então, que o Secretário Alexis fizesse a conclusão – se puder, no máximo, em até cinco minutos. Há essa questão do tempo. Que possamos, então, depois, retomar isso, ouvindo mais pessoas. Esta audiência vai ficar gravada e disponível para todos que depois quiserem ver ou que não puderem participar até o final. Devemos ouvir todo mundo. Então, retome-se a palavra do Secretário Alexis, que veio representar, na audiência, a Secretaria de Governo.

O SR. ALEXIS GALIAS DE SOUZA VARGAS – Obrigado, Vereadora. Falta bem pouco. Tenho só mais três *slides*, aqui, para concluir minha apresentação. Deixe-me só compartilhar a tela, aqui, com vocês. (Pausa) Apareceu para vocês?

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Agora, sim, apareceu.

O SR. ALEXIS GALIAS DE SOUZA VARGAS – Ótimo! Obrigado.

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. ALEXIS GALIAS DE SOUZA VARGAS – Bom, aqui, há um croqui do projeto para as quadras 37 e 38, demonstrando a construção de torres e a manutenção da escola estadual que existe ali, respeitando todo o tombamento dos imóveis. Vários dos imóveis, ali, são tombados – alguns, com tombamento integral do imóvel; outros, com tombamento apenas da fachada ou da volumetria. Então, é um projeto que respeita todas essas normas de tombamento. Há um potencial de se chegar a algo entre 650 e 700 unidades habitacionais nessas duas quadras, respeitando todos os tombamentos.

Aqui, há algumas imagens das quadras 49 e 50, da Praça Júlio Prestes. Dá para ver, aqui, as torres construídas, a requalificação urbana dessa região, dessa ZEIS 3, que é, por definição, uma região degradada. Está em franco andamento essa requalificação da região, com construção de Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular.

Aqui, há um panorama atualizado das quadras 37 e 38, quanto à situação dos imóveis. Os que estão em cor de areia são os que estão já em posse da Prefeitura ou do Estado. A Prefeitura recebe e repassa para o Estado. Então, estão em posse do Poder Público, melhor dizendo.

Aqui, é a quadra 37. Quanto a esses imóveis que estão em azul, significa que eles estão em posse privada. Então, temos, aí, já, mais da metade em posse do Poder Público. Quero deixar bem claro: não houve nenhuma desocupação coercitiva até agora. Todas as cessões de posse para a Prefeitura que aconteceram se deram pelos particulares, donos dos imóveis, entregando imóvel livre de bens e pessoas para a Prefeitura. A Prefeitura não desocupou nenhum imóvel. Ela apenas recebeu dos proprietários, amigavelmente, imóveis desocupados.

Então, por exemplo, a Giulia citou, ali, um episódio – e eu vou até mudar o *slide*, aqui, para a quadra 38. Ela se referia, ali, ao lote 26 ou 25. Eu não tenho certeza de qual dos

dois era. Ali, o proprietário estava desocupando o imóvel e entregando-o para a Prefeitura, só. É a relação dele com a inquilina dele. A inquilina dele administrava uma pensão, lá, e ela combinou com ele que ia entregar o imóvel, pois não tinha mais condição de continuar. Ele pediu para nós: “Olhem, mas, no dia em que eu receber, eu já quero entregá-lo para vocês.” E nós estávamos lá para receber. Assim que recebeu o imóvel livre da inquilina, ele transmitiu a posse para a Prefeitura. Foi isso o que aconteceu naquele episódio. Não foram a GCM ou a Prefeitura que removeram nenhum morador.

Aqui, então, também podemos ver a quadra 38. Já temos, aí, também, mais da metade dos imóveis em posse do Poder Público. Boa parte já está demolida. Há, ainda, aí, um conjunto de nove lotes, aproximadamente, fazendo uma contagem na hora, que ainda estão em posse privada. É um pouco menos da metade dos... (Falha na transmissão) ...iniciar a construção de habitação digna para as pessoas que moram lá e para outras pessoas que precisam vir morar na região central.

Com isso, eu concluo a minha apresentação. Agradeço a atenção e a paciência de todos. Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, já tivemos outras ocasiões para conversar sobre essas desocupações, mas, quem sabe, não tenha tido a oportunidade de fazer uma apresentação mais abrangente sobre o Programa Redenção. Agradeço a atenção sua, Vereadora, e de todos os demais presentes aqui, na reunião.

Acho que a Secretária Berenice quer fazer uma complementação, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Sim, obrigada ao Secretário de Governo, Alexis Vargas. Acredito que, se algumas questões ainda ficarem pendentes, por não terem sido respondidas, tenhamos outra oportunidade, talvez uma continuidade, de uma nova audiência pública com essa temática. Então, o senhor já fica pré-convidado para uma nova oportunidade.

A Secretária Berenice pediu a palavra, agora. Então, tem a palavra a Secretária de Assistência Social.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Rapidamente, é só para reafirmar dois pontos. Primeiramente, em relação a todos os lotes das quadras 37 e 38, a Prefeitura tem ordem judicial para desocupação, pelos juízos de origem. Essas ordens foram suspensas pela Central de Mandados, mas nós temos ordem judicial para desocupação de todas as unidades, conforme previsto no Conselho Gestor. Enfim, a Prefeitura percorreu todo o caminho que ela deveria percorrer para reaver esses lotes. Entretanto, como esclareceu o Alexis, até o momento nós não fizemos nenhuma imissão na posse judicial, mas apenas imissões na posse administrativas.

Quanto à questão das 190 famílias, existe uma reclamação de que há muito mais famílias, lá. Isso, infelizmente, acontece em várias ocupações em que as famílias têm direito a conjuntos habitacionais. É muito comum a área ser reocupada ou mais ocupada depois que é feita a selagem. É por isso que existe, na política municipal, a selagem do espaço e a contagem das famílias que estavam lá, que vão ser as famílias que vão ter direito à habitação.

Em relação às demais famílias, nós nos colocamos à disposição, na Assistência Social. Temos feito o acompanhamento dessas famílias. Temos ido ao território, com as nossas equipes de SEAS, juntamente com o pessoal da Assistência Social e da Habitação, para conversar com eles, para oferecer outras opções de acolhimento, que não o habitacional, sendo este restrito àquelas 190 famílias que foram cadastradas.

Finalmente, gostaria de dizer – aqui, pedindo a palavra para o nosso Secretário Adjunto de Segurança Urbana, o Dalmo Álamo – que toda e qualquer eventual irregularidade praticada pela GCM, qualquer conduta não legal ou abusiva da GCM, é imediatamente comunicada e é apurado se houve algum excesso da Guarda. Então, estamos muito tranquilos em relação a isso. Desvios de conduta podem acontecer, mas eles são prontamente comunicados e são apuradas as responsabilidades.

Era isso o que eu queria dizer. Muito obrigada, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Secretária Berenice, mais alguma coisa?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Eu gostaria de solicitar de ambos responderem agora, mas tendo assistido e ouvido as exposições que possa a Giulia dizer o que testemunhou ainda há poucos dias com respeito à forma com que a GCM tem agido. E também que possa o Nego Bala responder rapidamente em que medida ele tem observado pessoas da convivência dele, que têm sido assistidas pelos SIATs. Se ele puder dar uma breve informação, acho que é importante isso. E já fica aqui o requerimento das Comissões de Direitos Humanos e da Saúde, representadas pela Juliana e da sua Comissão. Podemos na próxima semana organizar um dia de comum acordo para dar continuidade a essa reunião tão produtiva.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra a Sra. Giulia.

A SRA. GIULIA GRILLO – Alexis, eu presenciei a retirada dessa última pensão, a proprietária ameaçou a locatária, o advogado mentiu para mim e tinha um cordão de GCMs e lope bem na frente da pensão exigindo que todos saíssem. Eu tive de negociar com o inspetor que deu meia hora para o pessoal tirar as suas coisas. Não é que foi combinado com os proprietários, foi ameaça e pressão.

Última coisa, ninguém é contra a melhoria aqui, Alexis, só que eu fico muito espantada de você não se emocionar com a questão da Ângela, que morou 30 anos aqui no território e agora está morando no Grajaú e não está recebendo nada. O marido dela não está vendendo nada no bar. Então, como você não se emociona com a história dela? São pessoas, são seres humanos, uma história de 30 anos aqui no território, jogada lá para a extremidade. Então, vamos pensar com o coração, vamos pensar que são seres humanos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Giulia. Você quer responder Alexis?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Só dar a palavra para o Nego Bala

antes.

O SR. MC NEGO BALA – É breve. Mano, de verdade, eu vejo aqui, tipo é explícito, eu vou só no áudio agora, porque estou arrumando umas coisas aqui, desculpe-me, mas é explícito. As duas últimas falas, antes da Giulia, dá para ver na fala, no tom, na espessura da fala, que são pessoas que não vivem e não sabem, é tudo muito teórico, sabe. A questão do auxílio, essas caminhadas, está falha. Vocês estão dando fora sim. Não sei se vocês querem reconhecer isso aqui na audiência, mas isso é real, é um fato. A questão da GCM é fato, o que a Giulia disse é fato. Nós não estamos inventando. Queria eu que fosse uma fantasia, que seu papel, seus *slides*, estivessem todos certos, está ligado. Eu queria muito que tudo estivesse muito certo, mas não é isso.

O progresso para uns é a desgraça para outros e é o que está acontecendo. Pode ter certeza de que os prédios, as quadras que vão ser feitas, se tiverem cinco famílias nesses prédios, é difícil, porque vocês cobram uma renda. Vocês têm outras paradas que faz, que dificulte um território que era nosso, ser nosso. Então, você vem com essa melhoria que você diz que é melhoria, Alexis. A melhoria você tem de desocupar a pensão para fazerem os lotes de não sei o quê, mas desocupa a pensão e a nossa vida acaba. Nós somos felizes na pensão, porque estávamos na pensão. E os 400 reais, que você disse que é um auxílio; não é um auxílio, 400 reais não dão para fazer nada! Não é auxílio, está ligado? É um chute na canela. Você dá um chute na nossa canela e depois dá a muleta para a gente andar. Isso é zoadado, está ligado? Ou corre com a gente ou sai fora mesmo. É isso o que acontece. Você dá um auxílio de 400 reais, mas você vive com 400 reais? Não. Aí, você fala que dá um auxílio de 400 reais para a gente ir para um prédio. Ninguém quer ir para prédio, a gente só quer viver a nossa vida na nossa comunidade; mas vocês, que vivem nesse patamar, acham que têm que generalizar. Não é assim.

E a GCM, sim, é negligente e criminosa nesse terreno. É uma acusação. Estou acusando e afirmando. Essa não é uma dúvida. E se isso não chegaram aos altos patamares do Poder Público essas denúncias, então vocês acabam sendo coniventes por não estarem

apurando corretamente, por não estarem fazendo o que eu já pedi, uma inspeção na atitude da CGM.

A questão do auxílio e tudo o mais que a Giulia falou é verdade. E parece que é uma dupla: a GCM e quem está querendo tirar a gente do Centro. Parece que estão juntos. Chegam juntos e tiram. Chega um advogado com um papel com as mesmas ideias do Alexis, com esse papo bonito; depois, chega a GCM. Ou você escuta por bem ou você escuta por mal. Aí, a pessoa faz o quê? Vê outras pessoas lutando pelo direito de ficar, mas saindo sem nada, com uma mão na frente e outra atrás; e fazem como o meu pai acabou fazendo: assinando um documento que acaba te endividando. Porque você pega uma carta de 150 ao ver as pessoas saindo com uma mão na frente e outra atrás, você aceita a migalha. Mas essa migalha vai fazer com que sua vida vá mais para o buraco, porque você está desempregado, sem lugar para morar, com 400 reais por mês, que não dão para fazer nada, e ainda tem que pagar a hipoteca de não sei o que da Caixa, tem que pagar o condomínio de um prédio para onde os caras te mandaram.

Na pensão, você só vivia. Faltava mesmo regularizar algumas coisas na pensão, mas isso não é culpa nossa. Se o Estado pensasse em nos ajudar nisso em vez de mandar embora a nós – ou não sei mais quem está lá agora embora -, não iria acontecer tudo isso. É um efeito dominó, de atitudes bem pensadas de quem está financiando esse lado e agindo com a GCM. Porque a GCM vai, despeja, os caras nos enganam, nos ludibriam, e a gente assina. Há família que não assina porque quer mais, sabe que tem que ter mais. Às vezes nem passa, porque esse programa Redenção é tipo o dilúvio, é tipo chuva no sertão: uma vez ou outra passa, e quem está lá, está; mas quem não está não pegou. É assim, e não paulatinamente.

Fui um pouco extenso, mas é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, MC Nego Bala. Acho que essa sensibilidade que os moradores trazem, das pessoas que estão lá, presentes cotidianamente no território é muito importante.

Eu queria saber do Alexis e da Berenice se querem responder essas últimas indagações. (Pausa)

O SR. ALEXIS DE SOUZA VARGAS – Com todo o respeito à Giulia e ao Nego Bala, acho que são visões diferentes da mesma realidade. Há uma resistência a essa melhoria do território. O projeto é de melhoria, é de dar habitação para as pessoas que moravam lá, habitação mais digna.

Um ponto relevante, que eu até já conversei em outro momento com o Vereador Eduardo Suplicy,... (Falha na transmissão.) ...poucos, muito poucos ocupados pelo proprietário. Quase todos ali eram ou inquilinos ou hóspedes de alguma pensão; ou seja: estava todo mundo pagando para morar ali. E o proprietário recebeu indenização justa, feita pela Justiça, de forma oficial.

As pessoas, que têm que se mudar dali, pagavam para viver ali e vão receber, durante esse período, um auxílio de 400 reais até que a gente possa oferecer uma habitação digna para elas ali mesmo, com subsídio da Prefeitura.

É por isso que eu vejo com muita tranquilidade como um processo justo, humano e de melhoria da qualidade da região e da vida dessas pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Eu acho que há, realmente, diferentes visões, até pelo lugar de fala das pessoas, de suas vivências. Precisamos ouvir e refletir também. É muito importante que os representantes do Poder Público – que hoje puderam ouvir essas pessoas - não só ouçam com os ouvidos, mas também reflitam se é possível alguma mudança em relação a essas reclamações. Eu sei que vocês vão precisar sair agora para irem a uma nova reunião, mas eu queria muito pedir que vocês reflitam sobre se é possível haver modificações. Porque a visão que as pessoas têm, de quem mora, de quem vive, é uma; a visão do Poder Público é outra. E é necessário que o Poder Público reflita sobre essas indagações, sobre essas angústias, sobre essas incertezas e sobre essas inseguranças de pessoas que foram moradores ou que ainda são moradoras desse território, seja pelo valor insuficiente de 400 reais para um auxílio-aluguel nesse período em que elas têm que viver em outro

lugar, seja por a incerteza se realmente vão ter condições de ir para uma moradia definitiva no mesmo território. Então, eu acho que são muitas angústias e muitas inseguranças. Também é uma questão bastante complexa.

Assim, eu acho que é muito importante que V.Exas., enquanto Poder Público e Poder Executivo, reflitam sobre tudo isso. Essa audiência tem essa intenção, para que a gente possa não só sair daqui do mesmo jeito que a gente entrou. Uma audiência pública não é para a gente entrar e sair do mesmo jeito que a gente entrou. Uma audiência pública é para a gente pensar, refletir e elaborar novas coisas, novas proposições e novas propostas. Eu acho que é essa a intenção nossa; e a intenção também do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, quando está dizendo que nós temos que fazer uma nova audiência, porque esse é um tema que não vai acabar aqui nesta audiência no dia de hoje. Não começou hoje. Já é um tema antigo, já foram feitas outras audiências, antes mesmo de nós, da bancada feminista, estarmos aqui na Câmara, e outras audiências poderão ser feitas, porque é um tema que vai ser retomado com frequência. É um tema que está no coração da nossa Cidade e está no coração também da gente, que vive, que está perto e está próximo ali do território da chamada cracolândia. Então, queria agradecer ao Sr. Secretário Alex e à Sra. Secretária Berenice, que não vão poder ficar até o final. Peço que V.Exas. depois vejam a gravação, porque outros interlocutores aqui vão ter fala e são importantes. Um deles é do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública. Peço que V.Exa. depois vejam e também estejam convidados para a nossa próxima audiência. nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sra. Presidente, parabéns por essa audiência tão significativa. Agradeço a todos que participaram, os depoentes, o Secretário Alexis, a Secretária Berenice, a Giulia, o Nego Bala, a Graça e outras pessoas que participaram.

Gostaria aqui de propor que, nesses próximos dias, nós, das comissões de Política Urbana, e de Saúde venhamos a organizar uma nova audiência, que será a continuidade dessa, inclusive com pessoas que poderão contribuir com uma avaliação de tudo o que tem acontecido desde o programa Braços Abertos. A Sra. Maria Angélica, que continua muito trabalhando nessa área, poderá

contribuir, além de outras pessoas.

Então, nesses próximos dias, poderemos organizar a continuidade dessa comissão. Possivelmente, se não for na próxima semana, poderá ser seguinte, para se dar o tempo suficiente para bem organizarmos a próxima plenária sobre esse tema.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Eu vou chamar os nossos próximos convidados intercalando com uma saudação dos Vereadores que estão aqui, das Vereadoras Juliana Cardoso e Renata Falzoni.

A SRA. ELY TERUEL – Sra. Presidente, queria registrar minha presença na comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Sim, já registrei sua presença.

Muito obrigada pela presença, nobre Vereadora, que faz parte comigo e com outros Vereadores, da Comissão de Política Urbana.

Tem a palavra a Sra. Simone Gatti, do Fórum Mundaréu da Luz.

A SRA. SIMONE GATTI - Boa tarde a todos. Muitas coisas já foram ditas aqui hoje. Então, vou tentar ser breve. Eu gostaria de registrar que o projeto proposto para as quadras 37 e 38 refere-se a uma PPP, Parceria Público-Privada, cuja forma de aquisição das moradias é o financiamento habitacional, e a grande maioria das famílias que ali vivem não possuem condições de acessar esse financiamento. Nós realizamos, pelo Fórum Mundaréu da Luz, um levantamento em 2018. Nele conversamos com todos os moradores da quadra. Mostraram-nos que 97% das famílias ganhavam até três salários mínimos, e 1/3 dessas famílias possuíam renda inferior a um salário mínimo. São famílias que não conseguem acessar o financiamento proposto pela Prefeitura, nem mesmo arcar com as taxas de condomínio, que são taxas condominiais de mercado, já que esse condomínio da PPP é feito por uma empresa terceirizada, e é cobrado igualmente para todas as famílias, independente da renda delas. Então, aquelas famílias que não se enquadram, de forma alguma, como disse o Sr. Secretário, elas são quase todas as famílias, todas as pessoas.

Eu quero registrar também que os moradores elaboraram um projeto coletivo para essa área, juntamente com uma série de entidades que formam o nosso fórum, o Fórum Aberto Mundaréu

da Luz, onde foram propostas formas de acesso à moradia condizentes com a capacidade de pagamento dos vários perfis de pessoas que vivem nas quadras. São famílias com crianças, são casais, são pessoas solteiras, são ciganos que vivem nesse território, são idosos com necessidade de assistência e são dependentes químicos.

Nesse projeto que está aqui, nesse caderno, que é possível ser acessado depois pelo fórum, pelo *site* do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, que é mundareudaluz.org, para quem quiser ter acesso ao projeto, ele foi elaborado pela comunidade e foi proposta uma série de formas de alternativas de acesso à moradia que não fosse a única forma oferecida pela Prefeitura. Foram propostas casas próprias, para os poucos que podem pagar; locação social, para pessoas e famílias com menor renda; hotel social, para quem mora no território de forma temporária; moradia terapêutica, para pessoas com baixa autonomia, que precisam de assistência em tempo integral; comércio social local, para os comerciantes locais; e oficinas compartilhadas, para geração de emprego e renda.

Uma coisa muito importante é que essas soluções foram apresentadas juntamente com uma medida essencial, que é iniciar as obras sobre áreas vazias e subutilizadas, minimizando assim as remoções, permitindo assim o que a gente chama de chave a chave, ou seja, a pessoa só sai da sua casa para uma moradia definitiva. Isso é fundamental, principalmente por causa da extrema vulnerabilidade que envolve essa população. Com a desocupação desses imóveis, grande parte dessas famílias dispersam-se e vão para lugares ainda piores do que já estavam, e a gente nunca mais consegue localizá-las. A Prefeitura nunca mais tem acesso à grande parte dessas famílias.

Esse projeto mediado pelo fórum foi pactuado com a comunidade, foi desenhado, foi dimensionado, foi calculado e foi recebido pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público; e está nos autos oficiais do processo judicial, tomado pelo Ministério Público e pela Defensoria, e foram apresentadas em diversas instâncias do Poder Público, mas foi totalmente ignorado pela Prefeitura, que continuou a promover as ações de forma ilegal, com remoções totalmente ilegais.

Por que a gente fala que é ilegal? Porque esse território trata-se de uma ZEIS 3, onde o Plano Diretor determina que as famílias residentes em prioridade no atendimento habitacional devem permanecer na área. Lembrando que essa ilegalidade foi cometida na Quadra 36 com a remoção

das famílias para a construção do hospital; a Quadra 36 também é uma ZEIS 3. Famílias saíram do território, não moram mais lá; muitas tiveram que mudar para cidades vizinhas e se alojarem na casa de familiares, porque não tinham condições de continuar morando em São Paulo.

Sobre a aprovação no Conselho Gestor, citada pelo Secretário, além de a paridade no Conselho não garantir a maioria da sociedade civil, como já citou aqui o Dito, é importante lembrar que o que foi aprovado no Conselho Gestor foram diretrizes genéricas, e nunca foi apresentado aos moradores como será o atendimento habitacional, onde eles vão ser atendidos, quanto eles vão pagar pela moradia, onde será a locação social, quando ficará pronta. Nada.

Esses questionamentos feitos pelos conselheiros nunca foram respondidos pela Prefeitura. Houve até uma mediação do Ministério Público e da Defensoria também para receber essas informações, mas elas nunca chegaram aos moradores. Então, uma pergunta que nós fazemos é: essas famílias vão ficar esperando mais de dez anos, como os moradores removidos das Favelas Aldeinha e Sapo, também localizadas em ZEIS na Operação Urbana Água Branca, mas que até hoje lutam para receber o auxílio aluguel? Sinceramente, eu espero que não.

Portanto, eu acho que a Prefeitura precisa garantir a permanência dessas famílias, seguir a lei, a regulamentação do Plano Diretor Municipal e criar formas de acessos habitacionais, porque a PPP não resolve. O que essa PPP tem feito é oferecer moradia para a classe média, enxugando; na verdade, jogando para baixo do tapete os mais pobres e não resolvendo o problema habitacional da nossa cidade.

Lembrando, para aqueles que quiserem conhecer o projeto, que ele está disponível no *site* mundareudaluz.org, e a Prefeitura teve acesso a ele, assim como várias instâncias, várias Secretarias, e eu acho que é importante lamentar muito a ausência do Secretário de Habitação nesta reunião hoje.

Muito obrigada.

A SR. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Simone. Muito importante seu depoimento.

Na sequência, eu chamo o Antonio Aparecido Fabiano Junior, do Fórum Mundaréu da Luz, que também atua no território. Tem a palavra, Antonio. É um vídeo.

O SR. ANTONIO APARECIDO FABIANO JUNIOR – Bom dia a todos e todas. Meu nome é Antonio Fabiano, eu sou arquiteto, Professor da Faculdade de Arquitetura do Mackenzie e membro do Fórum Mundaréu da Luz. A minha fala vai ao encontro da urgência pela luta pela vida, pela coragem, pela força e pela criatividade em sobreviver. Estamos falando de sobrevivência, porque sequer entramos na chave da vida ainda, e é sobre isso que eu quero falar.

Estamos aqui para lutar pelo alargamento democrático. Lutar contra essas emoções é, sim, uma luta pela democracia. Vivemos momentos de guerra, nos quais, cada vez mais, o Poder Público se mostra seletivo na distribuição de direitos. A promoção do bem-estar de todos – sem preconceitos ou qualquer discriminação, tendo como direitos a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer e a segurança – está na Constituição de 1988. A moradia no centro é uma luta sobre tudo isso; porém, o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e a garantia do bem-estar dos seus habitantes nunca foram alcançados como definidos pelos tão citados atuais artigos 182 e 183.

Por que eu falo de seleção? Porque os direitos estão do lado da propriedade e do espaço e não da vida. Se a propriedade de um sobre o outro hoje é crime, já foi prática legal e aceita socialmente, vemos ainda a propriedade privada do espaço...

- Falha na transmissão.

A SR. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Terminou. Eu queria agradecer ao Sr. Antonio Fabiano Junior por ter mandado um vídeo para nós.

Querida chamar para falar a Vereadora Juliana Cardoso que está, desde o início, acompanhando a nossa audiência. (Pausa). Vereadora Juliana? Não está online no momento.

Então, vou chamar o Rafael Negreiros Dantas de Lima, do Núcleo de Habitação da

Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O SR. RAFAEL NEGREIROS DANTAS DE LIMA – Boa tarde a todos e todas.

Sobre esta audiência, hoje, ela está sendo bem eloquente. Primeiro, mostrar a fala de moradores, dos conselheiros e que elas demonstram uma percepção sobre o que vem acontecendo e quando vem a fala da Prefeitura, ela parece ser completamente oposta, que não dialoga com isso. Dá impressão pela apresentação que foi uma intervenção no território muito bem executada.

Para a gente contornar isso, temos de pensar muito em relação aos impactos da política pública como um todo. Não é uma questão de saber se foi feito um edifício maravilhoso ou não, mas quais os impactos gerais.

Vou começar pelo seguinte, a partir da experiência do Núcleo de Habitação e Urbanismo, porque a nossa função na Defensoria Pública é receber essas vozes que foram parte do primeiro bloco da audiência e traduzi-las em direito.

A primeira questão que eu coloco e até pode ser uma questão de encaminhamento da audiência pública, conselho gestor. O representante da Prefeitura diz que não houve problema nenhum com relação ao conselho gestor. Ora, é prudente de qualquer gestor público que entenda que os conselhos gestores de ZEIS são experiências super recentes, pouquíssimos foram instaurados no Município de São Paulo, logo, é muito imprudente dizer que não há qualquer vício na condução de conselhos gestores. É uma questão de objeto de análise, como foram todas as reuniões e o sumo do trabalho de todos os comitês gestores feitos até agora. Isso vai estar, inclusive, na discussão em relação à revisão do Plano Diretor.

A questão do conselho gestor das quadras 37/38 foi judicializada. Não é questão fora de controvérsia. Ela está hoje em fase recursal. Então, o primeiro ponto, como foi trabalhada essa questão da participação democrática? Segundo ponto, estamos estimulando a moradia no Centro porque estamos construindo moradia lá. Matematicamente, pelos próprios números da Prefeitura, isso não se demonstra por que os próprios números mostram que cadastramos 190 famílias iniciais e só 125 dessas estão sendo beneficiadas da política até

agora. A política, por hora, é o auxílio aluguel. Mas encontramos outras 395 famílias que não oferecemos nada, apenas um recurso para mudança. Foi o que foi dito aqui.

Ora, se 395 famílias não foram parte do atendimento e ali nas quadras serão construídas pouco mais de 300 unidades habitacionais, matematicamente, já não fecha. Já vai ter habilitação a menor do número de famílias que estão sendo expulsas. Então, estão sendo expulsas mais pessoas do que entrando.

Então, outro ponto que é importante objeto de análise para a audiência é: qual vai ser o resultado final desses números? É importante termos esses números finais de quem serão os beneficiários dessas unidades habitacionais. Vão ser prioritariamente para os moradores das quadras, como determina o Plano Diretor? O extrato de renda - vai ter uma mudança na categorização de renda da população que morava antes e depois? Isso é um impacto importante a ser analisado.

Outra questão que a gente vem colocando no nosso pedido de cumprimento de sentença que também está em objeto de agravo de instrumento hoje. A Prefeitura fala que não fizeram nenhuma remoção coercitiva. Óbvio que não porque as desapropriações eram feitas pela Cohab. A Prefeitura não fazia isso diretamente. Mas no momento em que a Prefeitura fala que 390 e tantas famílias que estão lá não são problema seu, porque são pessoas que a gente sabe que entram depois para se beneficiar de alguma forma e não entraram no processo da selagem, logo, não problema é meu. Então, é um impacto da política também que terceiros, nem que sejam proprietários ou imobiliárias ou a própria Cohab, que vão lá forçar a saída das pessoas, mas há o impacto da intervenção da Prefeitura que 395 famílias foram forçadamente expulsas de suas residências sem qualquer atendimento. É um impacto, independente se está ou não na política programada da Prefeitura. E, aí, tem uma divergência crucial, que é o objeto de nosso processo judicial, que é a questão da selagem.

A grande argumentação da Prefeitura para se eximir da responsabilidade das demais famílias é: “Fizemos selagem e essas pessoas não estão incluídas”. Justo. Só que o problema é que a selagem foi feita há três anos em um espaço extremamente rotativo. Então,

qual é o tempo razoável para que, depois das selagens, haja o atendimento habitacional? Tem de ser imediato. E isso há de se pensar, até mesmo, para os membros que são do Legislativo, será que nós temos como pensar em alguma normatização que regulamente melhor isso, as intervenções no território? O que deveria ser uma boa intervenção no território? Você faz a selagem, imediatamente já começa a se dar conferidos os benefícios e a mobilização da população para contribuir com a interferência no território. E o que nós vemos na experiência concreta é que se faz o contrário, se faz a selagem, demora-se um tempo absurdo para se aplicar a política; enquanto isso se faz um processo de desmobilização da população, porque não e faz um trabalho de compreensão da política, de informação, de envolvimento. Ao contrário. O que tivemos lá, e isso está documentado em processo, são práticas de idas de poder de política, de fiscalização de comércio para fustigar os moradores. Os moradores nos relatam diversos agentes da Prefeitura indo lá e falando que têm de sair, que têm de receber o auxílio moradia.

Então, enfim, eu vou tentar concluir agora para não me estender demais, mas eu acho que não podemos admitir... Até pela pretensão da Prefeitura de expandir as PPPs e, cada vez mais, podemos estar confrontando com isso. Essa questão da divergência da selagem com o atendimento. Nós não podemos admitir esse recurso fácil de se dizer que: “Ah, veio depois, não tem problema algum e são só pessoas que estão querendo se beneficiar, que vieram depois só para ganhar moradia”. Sendo que a característica do local é de pensionato, que é rotativo por natureza, das habitações dali. Então, eu acho que é uma coisa para pensarmos.

E, por fim, também, a questão do auxílio moradia. Tem de ser uma inflexão nessa questão do auxílio moradia e a chave para isso é o Plano Municipal de Habitação, porque a Prefeitura tem o costume de reclamar que o auxílio moradia consome muito de seus recursos, mas ela é a própria geradora de sua demanda de custos de auxílio moradia, porque são as remoções em intervenções urbanas, feitas pela Prefeitura, que geram o custo do auxílio moradia. Então, é o carro-chefe. Então, o Secretário fala: “Ah, o auxílio moradia é só uma ajuda”. Não é. Auxílio moradia não é ajuda para aluguel. É política de moradia provisória. Se é

uma política habitacional, ela tem de prover a moradia em termos proporcionais. Então, temos de pensar, também, o valor do auxílio moradia para que tenham, até ponderações, quem sabe, e não esse valor fixo.

E, por fim, acho que também ficou muito claro na exposição como o pensamento da Gestão é a intervenção territorial, e a intervenção territorial passa por dispersão do fluxo para lugares bastante distantes, que eu acho que isso o Núcleo de Direitos Humanos, a Defensoria, pela Fernanda, vai falar depois, vai falar muito melhor. Então, fica muito claro e ele revela onde estão os centros, dos SIATs, todos em espaços muito distantes. Então, passa por essa política.

Então, eu acho que é bem eloquente em mostrar o porquê dessa divergência da fala da Prefeitura como se fosse um procedimento muito bem feito e como é que as pessoas vêm percebendo o que vem acontecendo, porque na prática – finalizando, de fato -, o que nós vemos, na Defensoria Pública, é a inadmissibilidade de um projeto que vai construir 304 moradias resulte no desalento completo de 395 famílias. Essa contradição tem de ser resolvida e não pode ser considerada como um mero casuísmo.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Rafael...

O SR. BENEDITO BARBOSA – Presidente, eu anexe, no *chat*, uma carta do Alexis Vargas, pedindo as remoções na Quadra. Como a Prefeitura não faz remoção? Veja o ofício que ele mandou para o Presidente da Cohab, ele mesmo, pessoalmente.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Sim, Dito. Vamos... Espero que o... Infelizmente o Secretário Alexis e a Secretária Berenice não puderam ficar até o final, é muito ruim isso. Mas vamos enviar essa audiência gravada com toda a documentação, isso é tudo documento oficial aqui da Câmara Municipal. E provavelmente vamos ter, assim como propôs o Vereador Suplicy, uma nova audiência pública sobre esse tema. Na verdade, esse tema mereceria até um seminário, porque são muitas pessoas para falar, são muitas pessoas que atuam no território, são muitos conflitos, muitas visões diferentes, o Poder Público que acaba não refletindo o que houve. Então acho que temos de ver isso como uma retomada do tema este ano, mas vamos precisar de uma nova audiência

com certeza.

Vereador Suplicy, vai falar alguma coisa?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Justamente, tenho de passar para a Comissão de Educação, queria sugerir para ser concluída a reunião. E temos uma reunião das três comissões para reorganizar a continuidade desta audiência ampliando o seu escopo para uma audiência não apenas sobre as quadras que foram objeto da atenção desta reunião, mas a política de álcool, drogas, o Projeto Redenção e toda a problemática, inclusive, no âmbito da cidade de São Paulo e não apenas do fluxo da Cracolândia. É a sugestão que faço. Podemos nos reunir para bem organizar a próxima audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Sim, Vereador Suplicy, concordamos com a proposta de uma nova audiência. A Vereadora Juliana Cardoso, que faz parte da Comissão de Saúde, estava aqui presente desde o início da audiência. Nós começamos às 11h, ela também não pôde ficar até o final porque teve de ir para a reunião da Comissão de Saúde.

Então podemos nos reunir para fazer uma nova audiência pública, mas preciso ouvir ainda algumas pessoas que estão esperando desde às 11h. Uma delas já pediu para se manifestar, a Fernanda Penteado Balera, do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Então vou passar a palavra para ela e para mais algumas pessoas. E as pessoas que não conseguirmos ouvir hoje, provavelmente, já tem o nosso compromisso de ficar para a próxima audiência pública.

Passo a palavra agora para a Fernanda Penteado Balera, do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

A SRA. FERNANDA PENTEADO BALERA – Boa tarde a todos, muito obrigada, Vereadora Sílvia. Inicialmente quero começar minha fala dizendo que endosso a proposta do Vereador Suplicy, de que possamos discutir a questão da Cracolândia, a política de álcool e drogas na cidade de São Paulo de forma mais permanente em outras reuniões que envolvam não só a remoção das quadras 37 e 38, mas tudo o que acontece ali naquele território.

Estou muito feliz com este espaço, a Defensoria Pública pelo Núcleo de Direitos Humanos acompanha o território da Cracolândia há muitos anos. Pudemos acompanhar a Operação Dor e Sofrimento, Procissão do Crack e todas as tentativas extremamente violentas e desastradas do Poder Público para acabar com aquela região.

Hoje pudemos ver a apresentação da Prefeitura, da política Redenção, e acho legal resgatar um pouco o histórico dessa política. O Redenção começa, em 2017, de forma extremamente violenta e desastrada. Houve o emparedamento de imóveis com pessoas dentro, inclusive, uma pessoa foi ferida e retirada pelo SAMU de dentro de um imóvel. E diante da extrema desorganização, desordem do início da implementação do Redenção, houve naquele momento um esforço conjunto da Defensoria Pública, do Ministério Público, de diversa entidades e da Prefeitura, que naquele momento se sentou para ouvir, para negociar, para a construção do que seria a política do Redenção.

De maneira nenhuma quero deixar de reconhecer que a política, como toda a política, tem pontos importantíssimos e positivos, mas me parece que ela ignora justamente as pessoas mais vulneráveis que estão ali naqueles territórios. Em nenhum momento as pessoas que estão em situação de rua ou que fazem uso problemático de álcool e drogas são verdadeiramente consideradas. Todas as alternativas postas para essas pessoas envolvem necessariamente a expulsão delas do território.

Digo isso usando como exemplo o fechamento do Atende II que aconteceu em plena pandemia. E a alternativa oferecida para a população foi um serviço que fica distante mais de três quilômetros dali. E a justificativa da Prefeitura, como o próprio Alexis pôde trazer hoje, foi de que as pessoas poderiam se locomover e andar até o Glicério. É tratado como natural oferecer para a população em situação de rua que ela se locomova três quilômetros para ir e três para voltar, todos os dias, para ter um atendimento básico. Muitas pessoas não aceitaram essa alternativa, prova disso é que elas continuam ocupando a Praça Princesa Isabel. Qualquer um pode ir lá e ver qual a situação da praça hoje e muitas pessoas que estão lá eram atendidas pelo Atende II.

Acho muito complicado o discurso de se pensar que acabar com o fluxo, que tirar todos os imóveis dali, a revitalização da região, não leva em consideração as pessoas mais vulneráveis, porque elas não vão simplesmente desaparecer, para onde elas vão? O que vai ser oferecido para elas? Oferecer um SIAT maravilhoso, incrível, como o de Ermelino, é claro que é positivo, mas e no Centro? Onde está a política no Centro para essas pessoas? Por que a população em situação de rua que faz uso dos programas de álcool e drogas não pode ter direito a um tratamento digno no Centro, a um equipamento da qualidade do SIAT III, que foi mostrado, na região central?

A gente tem problematizado isso com a Prefeitura, há uma ação em andamento que discute o fechamento dos hotéis sociais, porque quando houve o fechamento de dois equipamentos em 2018 a Defensoria teve oportunidade de mapear os encaminhamentos oferecidos para a população que estava ali, no Impacto e no Santa Maria. Muitas delas tiveram como alternativa apenas a oferta de um Centro de Acolhida. Pensem, uma pessoa que vivia em um quarto de hotel, estava num projeto que articulava trabalho, saúde, moradia e, de repente, teve como opção um Centro de Acolhida. Óbvio, muitas pessoas não aceitaram, ficaram em situação de rua e permanecem até hoje.

A gente reconhece o esforço da Prefeitura de querer atuar em prol da população, ter um programa da complexidade do Redenção, que articula diversas secretarias, mas infelizmente a percepção da Defensoria - e a Giulia e o Nego Bala trouxeram isso - é de que as pessoas que estão ali em situação mais, mais vulnerável não são consideradas.

Quando vamos lá no território, o que a gente vê? Quem está na linha de frente do Redenção? É a Guarda Civil Metropolitana. Hoje o território está abandonado, o SIAT I de abordagem é completamente insuficiente, não tem equipes, não tem gente lá. Já contei isso em diversas reuniões, não sei quem estava, se estou sendo repetitiva. Eu estava no atendimento em fevereiro, atendi uma pessoa em situação de rua, usuária de substância, que implorou por um atendimento de saúde. Eu chamei a pessoa do Consultório na Rua, o SAMU, na hora, com a Defensoria Pública lá e a gente não conseguiu dar o encaminhamento para

essa pessoa.

Hoje há uma política de desassistência lá, a Guarda Civil está lá numa situação extremamente delicada, de extrema pressão, e a prova de que a Defensoria reconhece a complexidade do problema e tenta entender a situação da Guarda que a gente tem em parceria com a USP um projeto de atendimento psicológico aos guardas. A gente reconhece que os guardas ali, muitas vezes, estão com desvio de função, obrigados a fazer coisas que não deveriam, porque a única política que a Prefeitura de fato oferece é a política de segurança. No papel é saúde, assistência, habitação articulada, mas, na prática, uma simples andada pelo território a gente vê que quem está lá são as forças de segurança, inclusive fazendo formação militar.

Acho superimportante este espaço, a gente precisa mesmo olhar para a Cracolândia e para outras cenas de uso da Cidade, mas a política pública tem que ser pensada com pé na realidade, com olhar da realidade. Acho que foi extremamente importante a primeira parte desta audiência pública dos relatos do território.

Por fim, para não me alongar, o representante da Prefeitura disse que todas as desocupações foram voluntárias, que os imóveis foram entregues livres para o Poder Público, porém essa voluntariedade pode ser bastante questionada. No final do ano passado – acho que todo mundo pôde ver –, as quadras das áreas 37 e 38 foram cercadas por placas de alumínio. Não raro, os imóveis são emparedados, uma simples operação de fiscalização de um comércio, enquanto em qualquer outro lugar da Cidade é posto um lacre regular, lá foi posto uma parede de tijolos. Quer dizer, quanto voluntário é isso? Qual a pressão as pessoas estão sofrendo para sair de lá? Quando se cria esse cerco, empareda, põe alumínio, um guarda de um lado, de outro, é claro que a pessoa vai querer sair do seu imóvel. Quem quer viver naquele ambiente?

Por isso queria questionar um pouco essa questão da voluntariedade, trazer que a Defensoria Pública está disposta a dialogar, está disposta a construir alternativas, mas que leve em conta a população mais vulnerável, que ela não seja simplesmente ignorada e que não

se espere que, com a demolição, ela simplesmente vai desaparecer daquele território.

Boa tarde a todos. Agradeço o convite.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Fernanda.

Quero dizer que há várias pessoas que nós convidamos, que estão inscritas para falar, mas infelizmente não vamos conseguir chamar todas. Vamos chamar o máximo que conseguirmos até o momento que conseguirmos ficar nesse espaço, porque às 15h haverá sessão ordinária da Câmara aqui. Mesmo assim, quero citar essas pessoas: Maria Angélica Comis, do Centro de Convivência É de Lei; Flávio Falcone, do Coletivo A Craco Resiste; Marcos Felipe, da Companhia Mungunzá; Alderon Costa, da Rede Rua; Ana Amélia Mascarenhas Camargo, da Comissão de Direitos Humanos da OAB São Paulo; Carlos Eduardo Mendes, do Conselho Regional de Psicologia; Sérgio Rodrigo Villar da Rocha, participante do Residencial Campos Elíseos; Thalita Pasquarelli, da sociedade civil; Adilson Araújo, da Aca Laurência; Rachel Lopes Queiroz Chacur, da UFSCar/ Unifesp; José André Araújo, da Fapesp; Rubens Marcelino, da Frente Comunitária e Cidadania; Marcelo Cardinale, da Força Cultural; Celso Ferreira de Albuquerque, da sociedade civil; e Ilda Otacílio da Silva Domingos, Jéssica Gavassi, participantes que se inscreveram pelo *site* da Câmara; Daniela Neves Carriel, participante e moradora do bairro Campos Elíseos; Alexsandra Veloso Trindade, participante das Quadras 38 e 37; e Deise Benedito.

Tem a palavra a Sra. Maria Angélica Comis, do Centro de Convivência É de Lei.

A SRA. MARIA ANGÉLICA COMIS – Boa tarde a todos. Quero engrandecer a fala do Nego Bala, pois ele trouxe em palavras a descrição das violações vivenciadas no território, foi uma fala muito importante.

Os conselhos de participação social dessa nova gestão têm tido atuações antidemocráticas, como foi dito no início da audiência, e me parece que foi disseminada essa atuação pelo Executivo, porque eu mesma vim de alguns outros conselhos, onde essa forma de atuação também é presente.

Vão completar quatro anos que as famílias foram “cadastradas” logo após uma

intervenção descabida de força policial no território da Luz. O próprio Conselho Nacional de Justiça recomendou que não fossem realizadas remoções durante a pandemia. É uma pena que o representante do Executivo já saiu, porque eu gostaria de saber o que o Executivo pensa ao fazer remoções nesse período de pandemia, mesmo contrariando a recomendação do Conselho Nacional de Justiça.

Historicamente, esse território abriga muitas famílias em situação de vulnerabilidade, e a própria gestão municipal não conhece essas pessoas. Podemos perceber, a partir do relato deles, que não conhecem as histórias, não conhecem as pessoas nem o território, efetivamente.

A criação do Conselho Gestor das Quadras é feita tardiamente, somente a partir da pressão da sociedade civil; além da falta de vontade de diálogo desse Poder Executivo com a sociedade civil.

Agora um ponto que acho fundamental, complementando a fala da Defensora Fernanda Balera, o atendimento social dessas famílias. A própria Defensora esteve lá e viu o quanto nós estamos desfalcados de atendimento social e de saúde no território da Luz.

Essas famílias estão sendo acompanhadas pelos CREASs ou pelos CRASs? Pois elas estão vivenciando uma violação de direitos decorrente de situações que provocam danos e agravos à sua condição de vida e as impede de usufruir de autonomia e bem-estar, tendo em vista que elas terão de se deslocar de onde residem atualmente, num período de pandemia. Isso é muito grave.

Além disso, quais são os serviços de saúde que estão acompanhando as famílias? Sabemos que é fundamental realizar o matriciamento nos serviços de saúde. Então, se uma pessoa for atendida na região e o Poder Público a remover, é necessário que seja feito esse matriciamento entre os serviços de saúde. Então, se uma pessoa é atendida numa região, e o Poder Público a remove, é necessário que seja feito esse matriciamento, para que outra equipe de saúde possa receber as informações sobre as pessoas que mudam de território.

Nesse sentido, essa remoção pode trazer outros tipos de agravos e dificultar, ainda

mais, o acesso ao cuidado das famílias que estão sendo removidas.

Outro questionamento: se alguma família for encaminhar a algum dos SIATs, por exemplo, poderá levar seu cachorro e seus pertences? Como é isso? A própria Secretária de Assistência Social não deixou isso nítido, o que é fundamental, porque a família que reside no local tem pertences que, muitas vezes, não pode levar para os equipamentos públicos.

Como, durante toda a explanação do Alexis Vargas, já que houve uma intenção a cena de drogas aberta da Cracolândia, eu venho ressaltar que A Craco Resiste entre setembro de 2020 e março de 2021, ou seja, 6 meses, acompanhou o território utilizando filmagens, e, a partir do registro dessas imagens e um cruzamento com a Lei de Acesso à Informação, além da violência cotidiana, esse dossiê denuncia a média de uma grande ação a cada 10 dias. A munição utilizada como, por exemplo, balas de borracha e gás, chegou a um custo próximo de 60 mil reais. O que daria para fornecer, aproximadamente, 6 mil refeições para as pessoas.

E fica o outro: o Alexis comentou na reunião do Conselho Municipal de Álcool e Drogas que aconteceu na terça feira, dia 04, que, basicamente, um quarto do orçamento destinado ao Redenção foi destinado às remoções.

Então, parece-me que o Programa Redenção que, teoricamente, faz parte da política municipal de álcool e drogas, tem como objetivo limpar a região da Cracolândia. É muito diferente de apostar e investir no cuidado das pessoas. E me pergunto: e as pessoas que foram para o SIAT do Glicério e retornaram para a Praça Princesa Isabel? Temos pessoas que não aderem aos tratamentos propostos. O que fazemos com elas?

Eu gostaria de deixar registrados esses apontamentos e agradecer a todas e todos que nos convidaram e que estão presentes. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Maria Angélica. É muito importante seu depoimento, como uma pessoa que atua no território.

Eu vou chamar o Flávio Falcone, do Coletivo Craco Resiste, que fez um importante trabalho de filmagem recentemente. Inclusive, saiu no noticiário.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Só me permita: Maria Angélica foi

Coordenadora do Programa de Álcool e Drogas, quando fui Secretário dos Direitos Humanos, deu uma contribuição e continua até hoje trabalhando muito sobre o assunto e de maneira muito positiva. Meus parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Legal. Obrigada, Suplicy. Então, agora a palavra é com o Flávio.

O SR. FLÁVIO FALCONE – Boa tarde a todos e todas. As minhas palavras, na verdade, eu reitero completamente o discurso do Nego Bala, quem o chamou, inclusive, para esta reunião fui eu. A gente desenvolve um projeto junto, atualmente, na região da Cracolândia, chamado Teto, Trampo e Tratamento, que nada mais é do que uma reedição do que foi o Programa de Braços Abertos, o qual utilizava a ciência como respaldo para desenvolver uma política pública.

E, pela ciência e pela última pesquisa da UNIAD, que é o serviço do Dr. Ronaldo Laranjeira, já está mais do que provado que o que aquelas pessoas necessitam, em primeiro lugar, é moradia. Moradia é uma questão de saúde para essas pessoas.

O programa De Braços Abertos – o qual participei dele todo – me mostrou que, quando você tira a pessoa da rua e a coloca dentro de um quarto, imediatamente, o consumo da substância já diminui e, automaticamente, a vida da pessoa vai se reorganizando. Então, a moradia é uma questão de saúde.

Além disso, eu gostaria de ressaltar um dado que também é dessa pesquisa da UNIAD de 2018 que 76% da população da cracolândia é composta por pretos e pardos. Então, a questão dessa região é uma questão racial, e me incomoda muito toda vez que a gente vem aqui falar da cracolândia, as pessoas que falam em nome da cracolândia somos todos brancos, estudados, escolarizados e burgueses. E a gente precisa, cada vez mais, dar voz às pessoas como o Nego Bala.

Gostaria, também, de ressaltar que na apresentação do Secretário de Governo faltou o slide que é do punitivismo do Redenção, porque as pessoas que não aderem ao sistema e que perverte, inclusive, o conceito de redução de danos – que não é um caminho

para a abstinência, como o Redenção diz – são tratados com tiro, porrada e bomba. Essa é a política pública para aqueles que não se adequam à proposta que a Prefeitura tem para eles.

Reitero que, após a desativação do Atende II – eu acompanhei isso de perto -, três dias depois, as pessoas que foram levadas, e como disse o Secretário de Governo, chegaram lá aplaudindo, estavam morando na Praça Princesa Isabel, estão lá até hoje e algumas não estão. Pelo projeto que estou desenvolvendo, tem 20 pessoas dentro de um quarto, mas tem muito mais na Praça Princesa Isabel.

Assusta-me muito, na verdade, ver essa política pública do Redenção que é uma política de quem, com certeza, não conhece o território, não conhece a história de vida dessas pessoas não considera que essas pessoas são uma comunidade, são uma família, como eles dizem e não dá para o Poder Público decidir colocá-las para lá e para cá, como se fossem animais domésticos.

Além disso, reitero o vídeo que todos devem ter assistido que é o dossiê que A Craco Resiste fez em que estão, pelo menos, 12 denúncias com provas de violência policial gratuita, de violação de direitos humanos que, ao contrário do que a Secretária diz, não são exceções. Eu que sou morador do território vejo essa situação de agressão e de violência cotidianamente, praticamente, todo dia, desde a entrada do Governo Doria.

Vou encerrar para dar oportunidade para outras pessoas falarem, até porque o Nego Bala já disse tudo o que eu queria dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Flávio, especialmente a você, por ter nos proporcionado ouvir o Nego Bala. Foi uma fala muito representativa e que nos tocou muito. Muito obrigada por isso também e por todo o trabalho que o coletivo A Craco Resiste faz na região e no território.

Queria chamar, em seguida, o Marcos Felipe, da Companhia Mugunzá. (Pausa)

Então, eu queria chamar, em seguida, o Alderon Costa, talvez seja a última fala de convidados pela questão do tempo.

O SR. ALDERON COSTA – Boa tarde a todos e todas. É um prazer estar aqui.

Já deixo o meu protesto pela ausência do Poder Público que é o responsável pelas violações de direitos naquele território.

Eu quero falar com os Vereadores também por já chega de audiências públicas. Nós temos que ser mais efetivos. Eu queria pedir à Vereadora Sílvia e a todos os Vereadores que estão aqui agora: que esta Casa possa, realmente, fazer um acompanhamento direto das violações de direito para que nós não sejamos chamados de mentirosos pela Secretária de Assistência Social e pelo Secretário Alexis que trouxe um monte de mentiras.

Quero pedir à Vereadora Sílvia, a todos os Vereadores que estão aqui, agora, que esta Casa possa realmente fazer um acompanhamento direto das violações de direitos, para que não sejamos chamados de mentirosos por uma Secretária de Assistência Social e pelo Secretário Alexis, que trouxe um monte de mentiras. É um absurdo a gente ficar numa audiência dessas ouvindo coisas que a gente não pode rebater, não pode discutir.

O Dito acabou de mandar uma prova aqui mostrando esse absurdo do Secretário pedindo ausência. Eu, como ouvidor em 2014-2018, com a presença do Vereador Suplicy, estive vários dias naquela região enfrentando a polícia, enfrentando as máquinas que derrubaram casas em cima de pessoas – não podemos esquecer disso. Foi esta gestão do Doria e Bruno Covas.

Então o poder público vem constantemente fazendo violações naquela região e não respeita as pessoas. Ficou muito claro na fala da Giulia, na fala do Nego Bala, do Renato, enfim, na fala de todos aqui. Eu não vou elencar todo o quadro de números de violência que a gente tem. Nós temos o balcão de direitos do Núcleo de Movimentos Sociais e População de Rua instalado na Luz com apoio da OAB. A nossa vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos vai ter oportunidade de trazer isso.

Então é só para dizer que tem violações muito sérias aí. O SIAT, que a Justiça mandou a Prefeitura abrir de novo, até hoje a Prefeitura não abriu. Essa Prefeitura desobedece ao Judiciário, que em frente à Prefeitura fica passivo, não manda um batalhão de polícia na

Prefeitura para fazê-la cumprir o resultado do julgamento.

Então, Vereadora, esta audiência foi muito importante. Eu acho que é um começo que está se iniciando com esses novos vereadores e eu queria realmente propor que esta Casa crie algum mecanismo que acompanhe essas violações, e acompanhe com leis, acompanhe com fiscalização, acompanhe com o TCM, porque os gastos da GCM com bombas, balas e pessoal naquela região daria para dar moradia para todo mundo.

Então eu peço realmente que vocês, vereadores, vereadoras, se debrucem nessa realidade, porque tem muita gente sofrendo ali. E nós, militantes de direitos humanos, somos chamados de mentirosos na cara dura.

Quero me despedir, agradecer e dizer da importância deste momento. E vamos em frente. A luta não vai parar, nós vamos continuar lutando, resistindo. Não é expulsando as pessoas do território que vai melhorar o território. O território é feito de pessoas, não só de casas, de coisas.

É isso, Vereadora. Muito obrigado. Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia Da Bancada Feminista) – Obrigada, Alderon.

Infelizmente, pela questão do tempo, não vai ser possível ouvir todos os demais convidados. Mas já digo ao Vereador Suplicy - que esteve conosco o tempo todo e que tem um trabalho histórico na região da Cracolândia, muito reivindicado tanto pelos moradores quanto pelas entidades - que, além de marcar audiência pública, uma retomada desta audiência pública, porque não foi possível ouvir todas as pessoas, que pensemos também em como termos esse acompanhamento mais de perto.

Juntando nossos esforços como vereadores, que temos essa obrigação na Câmara Municipal, para ter esse acompanhamento mais de perto, para evitar que violações aconteçam, para evitar que despejos aconteçam de forma que as pessoas não estejam de acordo, evitar que coisas que foram faladas aqui pelos moradores, pelas pessoas que vivem no local se repitam. Que pensemos em soluções juntos e façamos um esforço coletivo junto ao poder público, reivindicar, lutar, que a luta é exatamente o nosso lema.

Então queria que a gente saísse desta audiência pública dispostos a pensar em novas alternativas também, não só nas audiências públicas, mas também talvez num acompanhamento mais de perto, talvez numa frente parlamentar, no que nós podemos fazer, como vereadores, para ter um acompanhamento mais permanente de todas essas violações que foram denunciadas hoje, nesta audiência.

Queria reiterar que todas as pessoas que foram convidadas e não puderam falar por uma questão de tempo, que participem da próxima audiência pública também, e que a gente mantenha contato permanente.

Agradecer muito aos Vereadores que se fizeram presentes.

Também, até por uma questão de logística, a gente teve de interromper durante meia hora para mudar de espaço, então o nosso tempo ficou prejudicado.

Quero agradecer ao Flávio, assessor da Vereadora Erika Hilton, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos; à Juliana Cardoso, que esteve aqui e teve de se ausentar agora por causa da Comissão de Saúde; aos Vereadores da própria Comissão de Política Urbana, Paulo Frange e Ely Teruel, que estiveram presentes e participando da audiência; à Vereadora Renata Falzoni também, que esteve presente na audiência.

E queria encerrar agora, porque nós realmente não temos mais tempo, encerrar dizendo que para mim uma das falas mais significativas foi a do MC Nego Bala, porque é um filho do lugar, é um filho do território. Faz 23 anos que ele mora lá, porque ele tem exatamente 23 anos, ele nasceu lá, ele vivenciou lá sua vida inteira. E ele falar aqui que estava se sentindo importante por estar falando em uma audiência pública, para mim tem um significado muito grande.

Esta Casa, a Câmara dos Vereadores tem que servir para isso, ela tem que servir para dar voz ao público, à população, principalmente a essa população que na maioria das vezes não tem acesso a falar e a ter voz nessas instituições. Então é uma fala que me emocionou, que emocionou todos nós e foi muita significativa, tanto pelas denúncias que ele fez quanto pelos pedidos que ele fez. As pessoas que vieram aqui pediram vida digna, pediram

moradia digna, pediram saúde, pediram educação, pediram nada mais nada menos do que as coisas que estão previstas na nossa Constituição.

E também houve muitas denúncias que nós vamos continuar apurando. Há, inclusive, gente que entrou em contato conosco agora para falar que há processo de tombamento do patrimônio público no local. Entrou em contato agora durante a audiência, não deu para ver todos os comentários, mas que existem irregularidades. Se existem irregularidades, nós temos de investigar isso de perto, porque se é irregular não pode acontecer.

Nós temos tempo para que essas remoções não aconteçam, se elas estão realmente de forma irregular, se elas estão contra a própria autorização das pessoas, do conselho gestor. Também a fala de que o conselho gestor não está se reunindo, que foi a fala do Renato. Enfim, várias cobranças, inúmeras cobranças que nós não vamos terminar com o encerramento desta audiência pública.

Eu acho que é um compromisso nosso, do mandato da Bancada Feminista e também do Vereador Suplicy, que está presente, que acompanhou a audiência pública o tempo todo. Eu acho que nós podemos fazer isso compromisso juntos, Vereador, de que nós não vamos encerrar esse tema hoje.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sim. Quero fazer uma sugestão: que na nossa próxima audiência comecemos pelo vídeo da A Craco Resiste que mostra o procedimento das forças da PM e da GCM na região.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito boa sugestão. Então, gente, queria agradecer a todas as pessoas que ouviram, que escutaram, que refletiram e que vão sair desta audiência com certeza diferentes de como entraram, porque é um problema que é um problema nosso, é um problema da nossa cidade, é um problema de todos nós. E nós precisamos ter soluções que não sejam soluções de violência, soluções de exclusão, soluções que não respeitem as pessoas que são moradoras e que vivem nesse território há tantos anos.

Então agradeço a todas as pessoas que participaram, que ajudaram a construir esta audiência pública. Esta audiência não é nossa, esta audiência é de todos que a ajudaram a construir de forma coletiva. Então muito obrigada e vamos para a próxima e a nossa luta vai continuar.

Nada mais havendo para ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos uma boa tarde.
